



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

LUZIA MAIARA TÔRRES DE SOUZA

**CIDADÃO NA FEIRA: uma análise da construção de cidadania por meio da
comunicação entre atores não governamentais e governamentais do Calçadão
Miguel Arraes**

Caruaru
2025

LUZIA MAIARA TÔRRES DE SOUZA

CIDADÃO NA FEIRA: uma análise da construção de cidadania por meio da comunicação entre atores não governamentais e governamentais do Calçadão

Miguel Arraes

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Comunicação Social do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharela em Comunicação Social.

Áreas de concentração: Comunicação e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Ana Beatriz Nunes da Silva

Caruaru

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

SOUZA, Luzia Maiara Tôrres de.

CIDADÃO NA FEIRA: uma análise da construção de cidadania por meio da comunicação entre atores não governamentais e governamentais do Calçadão Miguel Arraes / Luzia Maiara Tôrres de SOUZA. - Caruaru, 2025.

77 : il., tab.

Orientador(a): Ana Beatriz Nunes da SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Comunicação Social, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Calçadão. 2. Comunicação. 3. Cidadania. 4. Espaço público. 5. Feira. I. SILVA, Ana Beatriz Nunes da. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

LUZIA MAIARA TÔRRES DE SOUZA

**CIDADÃO NA FEIRA: uma análise da construção de cidadania por meio da
comunicação entre atores não governamentais e governamentais do Calçadão**

Miguel Arraes

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Comunicação Social do Campus Agreste
da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, na modalidade de monografia,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharela em Comunicação
Social.

Aprovada em: 17/12/2025

Prof^a. Dr^a. Ana Beatriz Nunes da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Giovana Borges Mesquita (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Flávia Lopes Pacheco (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe

Para os esteios de minha vida, dona Nina, seu Jau e Duda.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo primeiramente a Deus, que sinto presente em minha vida como o principal agente dela, a quem eu busco em cada decisão da minha vida e passo que percorro, me permitido enxergá-lo nas melhores coisas do mundo.

Agradeço à Nininha, Jailson e Eduarda, minha família, meus pilares e razões principais, que sempre seguraram a barra da minha ansiedade em ser alguém sem me permitir esquecer quem já sou, e que já tenho muito conquistado a defender. Obrigada por acreditarem em mim e em meus sonhos, mesmo quando eu mesma parecia desistir deles, eu amo vocês – e isso aqui não é só por mim.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz, por me ensinar mais do que realizar um TCC, mas me mostrar e preparar para o lindo e reativo mundo acadêmico. Obrigada por me ensinar tanto, Ana.

Agradeço aos meus amigos por sempre estarem lá quando dúvidas me bateram e eu precisei desentalar angústias do peito. Agradeço especialmente à Sara Maria, a quem eu sempre corria (e ainda corro), para desabar sobre esse mundo que conhecemos e em que penamos. Obrigada, amiga, por todo carinho e apoio!

Agradeço à UFPE e aos professores do curso de Comunicação Social que fazem da instituição um lugar de criação e possibilidade.

E por fim, mas não menos importante (pelo contrário), agradeço a cada feirante que participou do projeto e permitiu a apuração que faz parte agora do meu trabalho final. Sou grata por ter minha história laçada, ou melhor, costurada pela confecção e pela feira, e hoje poder concluir uma das fases da minha vida referenciando o lugar que conheço desde minha infância.

A todos, muito obrigada!

Descobrira também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar construir a história dos seus (Evaristo, 2020, p. 113).

RESUMO

Espaços públicos como a feira do Calçadão Miguel Arraes, localizada em Santa Cruz do Capibaribe, são locais de convivência coletiva, em que a constituição de cidadania pode ser observada a partir da interação dos seus integrantes, assim, a presente pesquisa objetivou analisar como a comunicação dos feirantes do Calçadão Miguel Arraes (atores não governamentais) entre si e com os atores governamentais do município corrobora para a construção de cidadania nesse espaço público. Nesse intuito, foi contextualizado o Calçadão e estruturado um referencial teórico a partir dos conceitos de comunicação, cidadania e espaço público. Para realização da pesquisa, que tem cunho qualitativo, foi utilizada a observação participante para reconhecer a rotina de feira dentro do Calçadão e identificar os atores não governamentais e governamentais, totalizando dez dias de observação, e entrevistas estruturadas para coletar as concepções próprias dos atores sobre os conceitos trabalhados, obtendo ao total 31 entrevistas. Os resultados da pesquisa mostraram que os atores governamentais e não governamentais constroem o convívio dentro do Calçadão Miguel Arraes a partir de uma comunicação que é voltada à coletividade, respeito, cooperação e consciência de conservação do espaço, caracterizando assim suas ações cidadãs e corroborando com a constituição da cidadania entre eles.

Palavras-chave: calçadão Miguel Arraes; cidadania; comunicação; espaço público; Santa Cruz do Capibaribe.

ABSTRACT

Public spaces such as the Miguel Arraes Promenade fair, located in Santa Cruz do Capibaribe, are places of collective coexistence, where the constitution of citizenship can be observed from the interaction of its members. Thus, this research aimed to analyze how the communication of the vendors of the Miguel Arraes Promenade (non-governmental actors) among themselves and with the governmental actors of the municipality contributes to the construction of citizenship in this public space. To this end, the Promenade was contextualized and a theoretical framework was structured based on the concepts of communication, citizenship, and public space. For the research, which has a qualitative nature, participant observation was used to recognize the routine of the fair within the Promenade and to identify the non-governmental and governmental actors, totaling ten days of observation, and structured interviews were conducted to collect the actors' own conceptions about the concepts studied, obtaining a total of 31 interviews. The research results showed that governmental and non-governmental actors build coexistence within the Miguel Arraes Boardwalk based on communication focused on collectivity, respect, cooperation, and awareness of space conservation, thus characterizing their civic actions and corroborating the constitution of citizenship among them.

Keywords: calçadão Miguel Arraes; citizenship; communication; public space; Santa Cruz do Capibaribe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Feira da sulanca na década de 1980	18
Figura 2 –	Antigo Poeirão, antes da construção do Calçadão	20
Figura 3 –	Calçadão Miguel Arraes	20
Figura 4 –	Visão de cima do setor Azul do Calçadão Miguel Arraes	46
Figura 5 –	Representação das respostas dos feirantes	49
Figura 6 –	Representação das respostas dos administradores	52
Figura 7 –	Representação das respostas da associação	55
Figura 8 –	Representação das respostas dos carroceiros	57
Figura 9 –	Representação das respostas dos serviços gerais (faxineiros)	59
Figura 10 –	Representação das respostas dos seguranças	62
Figura 11 –	Representação das respostas dos ambulantes	64
Figura 12 –	Representação das interações entre os atores governamentais e não governamentais	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cabeçalho e roteiro da observação participante	38
Quadro 2	Datas de observação participante	39
Quadro 3	Grupos de atores (governamentais e não governamentais) e quantidade de entrevistas	41
Quando 4	Compilação de dados	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
AI	Atos Inconstitucionais
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
ACA-SCC	Associação do Carroceiros de Santa Cruz do Capibaribe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	OBJETIVOS.....	16
1.1.1	Objetivo geral.....	16
1.1.2	Objetivos específicos.....	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	17
2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	18
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
3.1	COMUNICAÇÃO.....	21
3.1.1	Evolução e conceito.....	21
3.1.2	Comunicação e a interpretação de sociedades.....	24
3.2	CIDADANIA.....	25
3.2.1	Surgimento e evolução do conceito de Cidadania.....	25
3.2.2	O cidadão: um indivíduo coletivo e do Estado.....	29
3.3	ESPAÇO PÚBLICO.....	32
3.3.1	Conceituação das esferas: de onde vem o espaço público.....	32
3.3.2	Quem cuida do espaço público.....	35
4	METODOLOGIA.....	37
4.1	COLETA DE DADOS.....	37
4.2	ANÁLISE DE DADOS.....	41
4.2.1	Definições Constitutivas (DC) e operacionais (DO)	42
5	ANÁLISE.....	44
5.1	A OBSERVAÇÃO DO ESPAÇO E SEUS ATORES.....	44
5.2	COMUNICAÇÃO DOS ATORES E A CONVERGÊNCIA EM CIDADANIA.....	48
5.2.1	Os feirantes.....	49
5.2.2	Os administradores do Calçadão.....	51
5.2.3	Representante da Associação do Carroceiros.....	54
5.2.4	Os carroceiros.....	56
5.2.5	Os faxineiros.....	58
5.2.6	Os seguranças.....	61
5.2.7	Os ambulantes.....	64

5.3	RELAÇÕES E COMPILAÇÕES DE DADOS.....	66
6	CONCLUSÃO.....	69
	REFERÊNCIAS.....	71
	APÊNDICE A – Roteiro de perguntas aplicado aos feirantes, Carroceiros e Ambulantes.....	75
	APÊNDICE B – Roteiro de perguntas aplicado aos Administradores.....	75
	APÊNDICE C – Roteiro de perguntas aplicado à Associação.....	76
	APÊNDICE D – Roteiro de perguntas aplicado aos Faxineiros e Seguranças.....	76

1 INTRODUÇÃO

O Agreste pernambucano é pautado na mídia nacional principalmente por conta dos festejos tradicionais e populares de temporada que ocorrem em alguns dos seus municípios, como o São João de Caruaru e os festivais de inverno de Garanhuns e Taquaritinga do Norte, e outras cidades do Agreste também se destacam devido suas características econômicas específicas, que moldam o desenvolvimento urbano e mercadológico delas, como é o caso de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, municípios que formam o principal Polo de Confeções e Comércio de artigos têxteis do Agreste pernambucano, com seus fabricos e feiras abertas.

De acordo com o Instituto Fecomércio, até o ano de 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) dessas cidades juntas equivalia a 5,1% do PIB estadual, com um valor que atingiu a marca de R\$ 9,78 bilhões (Fecomércio, 2023). Essas cidades são de proporções demográficas e econômicas diferentes entre si, sendo a maior dentre elas Caruaru, a capital do Agreste pernambucano, que fica localizada a uma distância de 135 quilômetros de Recife, capital do estado, e apresenta uma diversidade maior de setores econômicos em comparação à Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, no que o seu setor de confecção e comércio têxtil representa 9% da economia da cidade (Fecomércio, 2023).

Em Toritama, localizada a 170 quilômetros de Recife, o percentual desse setor é o maior entre as três, representando 36% da economia do município (Fecomércio, 2023). Já na cidade de Santa Cruz do Capibaribe localizada a 191 quilômetros de Recife, o setor de confecção e comércio têxtil representa 30% da economia total dela (Fecomércio, 2023), com a sua produção focada na confecção de peças de tecidos planos e de malhas, assim como Caruaru, e diferente de Toritama, que tem a produção focada no tecido jeans.

Juntas, essas cidades formam o Polo de Confeções do Agreste pernambucano, e cada uma possui centros feirantes atacadistas que servem como o espaço de escoação e venda das confecções produzidas em suas cidades (SEBRAE, 2013; Fecomércio, 2023). A atividade econômica proporcionada pelos centros feirantes se estende desde a venda das mercadorias têxtis a outros tipos de comércios, como hospedagem, alimentação e serviços correlatos à venda.

Um dos grandes centros de feira atacadista do Polo de Confeccões está situado em Santa Cruz do Capibaribe, o Moda Center Santa Cruz. De acordo com o Instituto Fecomércio (2023), 41% dos empregos formais de Santa Cruz do Capibaribe são provenientes do setor de confecção e comércio têxtil, obtendo mais de 6 mil postos formalizados de trabalho nesse setor, no que a economia da cidade representa 0,8% do PIB do estado de Pernambuco com a marca de R\$ 1,55 bilhão (Fecomércio, 2023).

O Moda Center Santa Cruz foi inaugurado no ano de 2006 e é uma feira de ordem privada, mas além desse centro, a cidade também conta com a feira do Calçadão Miguel Arraes, comumente chamado apenas de Calçadão, que é de ordem municipal e fica localizado atrás do Moda Center. O Calçadão foi reinaugurado em 2014 (Santa Cruz do Capibaribe, 2014), e o principal produto vendido no espaço são peças de roupas confeccionadas em sua maioria pelos próprios vendedores que fazem parte da população da cidade. Os dois centros, Moda Center e Calçadão, formam o parque de feiras da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

O Calçadão Miguel Arraes é uma feira gerenciada pelo poder municipal, e seus pontos de venda (bancas/boxes) foram distribuídos gratuitamente para mais de quatro mil famílias confeccionistas santa-cruzenses (Santa Cruz Do Capibaribe, 2014) para utilizarem como suas lojas. O Calçadão é um espaço político e social que também reflete o poder público de Santa Cruz do Capibaribe, e esse foi um dos motivos que me levou a escolhê-lo como o espaço para realização da minha pesquisa, sendo essa a primeira decisão tomada na estruturação do meu trabalho.

Outro motivo para minha escolha, sendo esse o principal, é a minha relação com o Calçadão que tem origem no envolvimento da minha família e meu com a prática confeccionista de roupas e minha trajetória como feirante dentro desse espaço. Minha experiência como feirante vem de antes da inauguração da atual estrutura do Calçadão arquitetada em 2014, quando era uma armação chamada de Poeirão e sua estrutura se resumia a bancas de madeira enfileiradas e cobertas por lona, e lá se concentrava, e ainda concentra, parte da minha família para a comercialização das mercadorias que produzíamos em casa.

Como filha de confeccionistas feirantes e uma santa-cruzense, a feira marcou o meu desenvolvimento pessoal e cultural, o que reverberou durante meus anos de curso na universidade quando busquei nos estudos de comunicação e ciências sociais ter mais compreensão dessa cultura que integro, unindo aquilo que aprendi para servir àquilo que faço parte.

Ao longo dos anos de curso a comunicação entre as pessoas se tornou para mim mais do que o ato de conversar, ela é uma prática que viabiliza a construção das relações e do modo de conviver. Com a experiência vivida dentro do Calçadão, percebi que a comunicação estabelecida pelos integrantes vai além de transações comerciais, parte de uma cultura em que as relações apresentam particularidades do meio, ou seja, da feira em si, e a comunicação, que viabiliza a convivência do coletivo, também dá forma à dinâmica de relação desses grupos, forma essa que converge na constituição da cidadania dentro do Calçadão, e é essa constituição que me interessa observar ao longo desse trabalho.

Foi considerando essas observações iniciais e pessoais que surgiu o seguinte questionamento: Como a comunicação dos feirantes do Calçadão Miguel Arraes (atores não governamentais) entre si e com os atores governamentais do município corrobora para a construção de cidadania nesse espaço público?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a comunicação dos feirantes do Calçadão Miguel Arraes (atores não governamentais) entre si e com os atores governamentais do município corrobora para a construção de cidadania nesse espaço público.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os atores governamentais e não governamentais atrelados ao Calçadão Miguel Arraes;
- b) Mapear as relações entre os atores (governamentais e não governamentais) identificados e listados;
- c) Compreender a comunicação usada nas relações mapeadas entre os atores (governamentais/não governamentais);
- d) Identificar ações de cidadania a partir da comunicação mapeada entre os atores.

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde a inauguração do Calçadão Miguel Arraes poucas pesquisas foram feitas a respeito das relações constituídas entre os integrantes do espaço, ou observando a feira como um lugar de construção sociocultural comum, e esse fato é um dos incentivos da realização dessa pesquisa, que dará foco à comunicação entre os integrantes da comunidade feirante e como isso corrobora para estabelecer uma relação cidadã entre eles dentro desse espaço público.

Com a realização da pesquisa vem o benefício de pensar o Calçadão Miguel Arraes como um lugar de construção cultural, colocando em debate acadêmico os feirantes como criadores socioculturais e agentes políticos de sua cidade, buscando assim destrinchar a compreensão desses atores sobre seu papel dentro do espaço público observando a comunicação como vetor dessa construção. Desse modo, a pesquisa pode trazer informações sobre o desenvolvimento político-social existente dentro da feira e como ele se manifesta na interação dos integrantes, contribuindo para as áreas de comunicação e cidadania, podendo ser utilizada como referência para outras pesquisas das áreas, e ser replicada em lugares com realidades similares.

Alguns possíveis beneficiados pela pesquisa são os responsáveis governamentais do Calçadão, que poderão consultar os resultados obtidos como dados secundários para apoio em situações internas e externas que venha a se encaixar, além de servir como uma pesquisa de consulta de informações sobre desenvolvimento social dentro da feira do Calçadão, e de outros centros feirantes.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Santa Cruz do Capibaribe foi pioneira na confecção de roupas têxteis com a finalidade de venda em feiras dentre as cidades do grande Polo de Confecções e as demais da região Agreste de Pernambuco, a partir de encomendas produzidas em casa, em pequenos fabricos familiares por volta da década de 1950 (Bezerra, 2010; Sá, 2015; Silva, 2023). De acordo com Silva (2023), no início da popularização da confecção e do comércio as costureiras que viviam nas áreas rurais se mudavam para a área urbana a fim de trabalhar na confecção que crescia e se modernizava com novas máquinas elétricas chegando à cidade.

Além disso, o crescimento da feira fez com que pessoas da cidade que haviam migrado para capitais de outros estados voltassem para trabalhar na confecção que crescia, fazendo o município se tornar uma terra de estabelecimento para outras famílias e aumentar a sua população (Silva, 2023), o que significa que a constituição e evolução do comércio têxtil de Santa Cruz do Capibaribe é a responsável direta pelo desenvolvimento urbano do município.

A comercialização das confecções têxteis se iniciou quando as costureiras começaram a expor suas mercadorias sobre lençóis forrados no chão das ruas da cidade, até atingir uma proporção que exigiu o erguimento de barracas (Silva, 2023), e assim, a construção de uma feira própria para a venda da confecção.

Figura 1 – Feira da sulanca na década de 80



Fonte: Romildo Bezerra (1980).

Durante anos a feira aconteceu ao longo das ruas centrais da cidade, mas com o aumento contínuo de demanda por espaço para receber os clientes visitantes e a necessidade de livrar a cidade dos efeitos da feira, um espaço próprio e definitivo se tornava necessário para comportar todo o movimento semanal (Bezerra, 2010). Em 2006, o empreendimento Moda Center Santa Cruz é construído e inaugurado (Moda Center, [s.d]), e a feira passa a acontecer concentrada nele, entretanto, alguns feirantes não podiam arcar com o custo aquisitivo de comprar bancas dentro do Moda Center, sendo preciso assim ainda outro espaço para estes comerciantes. Por isso, no mesmo ano, logo atrás do Moda Center, a prefeitura ergueu o Poeirão, a estrutura que viria a ser o atual Calçadão.

A estrutura do Poeirão seguia o mesmo padrão de construção quando a feira acontecia no centro da cidade – bancas de ripas de madeira e cobertas por lona –, a diferença era o fato de ter sido erguida no chão de terra batida e que em dias de intenso calor a terra do chão subia e formava camadas finas de poeira no ar, e por isso o nome Poeirão, enquanto em épocas de chuva a terra batida virava lama. Assim, de 2006 a 2014 havia a feira principal do Moda Center Santa Cruz, a qual possui mais de 10 mil pontos comerciais entre boxes e lojas (Moda Center, [s.d]), e a feira do Poeirão (sem informações de quantos bancos possuía na sua estrutura anterior) compondo o centro feirante da cidade.

Em 2013 o projeto do Calçadão que visava melhorar as condições de venda dos feirantes que comercializavam no Poeirão foi aprovado pela prefeitura da cidade, e durante o período da construção foi erguido um espaço provisório por trás da área que viria a ser o Calçadão para que os feirantes do Poeirão continuassem suas vendas, sendo reinaugurado após onze meses de obras (Santa Cruz do Capibaribe, 2014).

O Calçadão Miguel Arraes foi entregue de forma gratuita para mais de quatro mil famílias confeccionistas da cidade, e para facilitar o acesso ao local, foram pavimentadas 15 ruas e avenidas em torno da feira (Santa Cruz do Capibaribe, 2014). O Calçadão foi construído contando com um piso de arenito e teto de alumínio, o espaço é dividido em três setores, em que cada um deles possui uma cor identificadora (verde, branco e azul). Cada setor possui 1160 boxes, totalizando 3480 em toda a feira, contando também com banheiros distribuídos pela estrutura, praças de alimentação, lojas e um estacionamento (Santa Cruz do Capibaribe, 2014).

O Calçadão é a segunda maior feira que compõe o centro atacadista têxtil da cidade, e recebe junto ao Moda Center Santa Cruz, quase 50 mil visitas semanais em baixas temporadas de vendas, e em altas temporadas esse número chega a quase 100 mil visitas semanais em ambas (Santa Cruz do Capibaribe, 2019).

Figura 2 – Antigo Poeirão, antes da construção do Calçadão



Fonte: Escola São Domingos (2010).

Figura 3 – Calçadão Miguel Arraes



Fonte: Santa Cruz do Capibaribe (2021).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo são apresentados os conceitos que dão base a pesquisa, sendo eles: comunicação, cidadania e espaço público.

3.1 COMUNICAÇÃO

Uma das formas de definir a comunicação no século XXI é como o canal de conexão e relação das pessoas, no que ela pode possuir diferentes formas de expressões e usos (Bordenave, 1997). A evolução histórica do ato de se comunicar aconteceu seguindo a evolução do próprio ser humano e seus costumes culturais (Bordenave, 1997; Laignier, 2009), o que leva os estudos a cerca dela a uma observação da própria evolução humana e suas tentativas de se firmar enquanto comunidades. Nesse tópico, são apresentados os passos que a humanidade deu para chegar na comunicação que conhecemos hoje, e como essa comunicação serve na interpretação da vida comunitária de sociedades (Bordenave, 1997; Martino, 2011).

3.1.1 Evolução e conceito

De acordo com Bordenave (1997), o início da comunicação data a partir da pré-história quando o ser humano passa a associar sons e gestos a uma determinada coisa ou ação, originando assim os signos da comunicação, que é tudo aquilo que faz referência a outra coisa ou ideia, representando a relação entre o objeto referente, o conceito ou imagem formada desse objeto e o significante, que seria a apresentação física do signo (palavra, som ou desenho) (Bordenave, 1997). E embora nem todo significado possua um signo referente (objeto, imagem, etc.), como é o caso das emoções, ainda assim possui um signo de apresentação (significante), que será a representação em som e em palavra desse signo (Bordenave, 1997).

Foi a partir do repertório de signos e regras para combiná-los que o ser humano criou a linguagem oral, e nas sociedades que se baseavam na oralidade, segundo Laignier (2009), a utilização de gestos era um complemento importante da fala, o que levou a uma numerosa construção de símbolos e sinais que exigiam a memorização

e potencializavam a confusão da linguagem entre os povos (Laignier, 2009). Em meio a isso, de acordo com Bordenave (1997),

A linguagem oral, entretanto, sofre de duas sérias limitações: a falta de permanência e a falta de alcance. Daí o fato de que os homens tenham apelado a modos de fixar seus signos e a modos de transmiti-los a distância (Bordenave, 1997, p. 25-26).

As limitações de tempo e distância que a linguagem oral tinha levou os humanos a evoluírem maneiras de fixar e ampliar o alcance de seus signos, chegando assim na criação da escrita (Bordenave, 1997). Mas para além de precisar ultrapassar tempo e distância, Laignier (2009) explica que o advento da escrita é ocasionado pela transição do humano de uma vida nômade para uma vida sedentária, pois “no período em que os grupamentos humanos começaram a habitar um mesmo território de forma perene, iniciou-se seu processo de enraizamento à terra habitada, onde se trabalhava coletivamente para o seu cultivo” (Laignier, 2009, p. 15). Nisso, as formações coletivas tinham a necessidade de estabelecer formas de comunicar o funcionamento desses territórios e agrupamentos humanos de modo que não sucumbissem com o tempo e a distância para estabelecer os limites dos seus territórios.

Bordenave (1997) alega que a evolução dos meios de comunicação tornou a preservação da história das sociedades, seus costumes e culturas mais fáceis de se registrar e consultar, e principalmente de compartilhar para além dos limites da própria sociedade de origem, possibilitando o encontro de culturas. A comunicação possibilita a conexão entre os humanos, e os meios de comunicação contribuem para a globalização, o que se prova, no século XXI, com as conexões via internet contínuas e cada vez mais extensas.

Mas, por ser global e praticada no mundo de diversas formas, a comunicação recebe definições com diferenças específicas a depender dos estudos feitos sobre ela. Para Bordenave (1997) a comunicação é o canal de socialização das pessoas, no que ele considera o ato de comunicar como um ato de passar a informação adiante, não somente para o próximo “ao lado”, como também para as gerações futuras (Bordenave, 1997), devido sua característica de instrumento de conexão.

Já para Ciro Marcondes Filho (2008), a comunicação não pode ser passada adiante como num sistema de levar e trazer, já que cada pessoa desenvolve uma compreensão diferente da mesma mensagem (aqui mensagem está sendo usada como expressão para qualquer ato de comunicação), e no que ele alega que a

“comunicação, ao contrário, é tornar comum, é fazer com que uma coisa seja a mesma num lado e no outro” (Marcondes Filho, 2008, p. 14).

Ele ainda compreende a comunicação como um processo de etapas que se realiza por completo quando o receptor da mensagem “se interessa” pelo que recebe e responde ao estímulo, assim realizando comunicação. Na concepção dele, não é comunicação quando a mensagem é enviada, mas não é respondida, ela precisa ser respondida para ser considerada um processo completo de comunicação, e para isso ela precisa “interessar” e ser compreendida por ambas as partes envolvidas na ação. Para Marcondes Filho (2008, p. 15) “Existe uso, existe interesse. Eu uso ou não, interesse-me ou não pelas coisas que vejo, que ouço, que leio, que sinto”, no que a comunicação só existe quando a pessoa se volta a ela a “incorporando” como algo para si mesmo (Marcondes Filho, 2008).

Luiz C. Martino (2011) segue uma lógica similar à de Marcondes Filho (2008) ao definir a comunicação como um processo entre pessoas a respeito de um interesse em comum delas, no que, “em sua acepção mais fundamental, o termo “comunicação” refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências” (Martino, 2011, p. 14-15), a relação entre um ser e outro.

Na sua compreensão, mensagem e informação são comunicações, mas de modo relativo, elas o são “em relação àqueles que podem tomá-la enquanto tal” (Martino, 2011, p. 16), ou seja, que podem resgatá-las como comunicação ao ter contato com elas, já que ambas, mensagem e informação, possuem um emissor e um receptor como qualquer ato comunicativo. Ele explica:

Para que a página de um livro se transforme em mensagem é preciso reunir tanto a atividade do leitor, quanto o produto da atividade do escritor. Consequentemente, um livro na estante não é comunicação, senão a partir do momento dessa interação. Digo relação (Martino, 2011, p. 16).

E segue:

A informação é uma comunicação que pode ser ativada a qualquer momento, desde que outra consciência (ou aquela mesma que codificou a mensagem) venha resgatar, quer dizer, ler, ouvir, assistir ... enfim decodificar ou interpretar aqueles traços materiais de forma a reconstituir a mensagem! (Martino, 2011, p. 17).

Martino (2011) alega que através da comunicação podemos compartilhar, transmitir, pôr em contato, trocar, e tudo isso são “variantes ou usos figurados de um

sentido primordial e mais geral que exprime "relação"" (Martino, 2011, p. 16). Assim, a comunicação é o próprio ato de se relacionar entre as consciências, e tem como sentido tornar similar e comum o mesmo objeto mental (Martino, 2011).

Mas apesar de haver particularidades nos estudos da área sobre o que é comunicação, se sobrepõe duas principais concordâncias a respeito dela, primeiro: a comunicação é um ato de conexão empreendida principalmente pelo desejo de compartilhamento. Segundo: é preciso que haja a sinalização/envio das mensagens, e interação/recebimento de tais mensagens com respostas, o que torna necessário que emissor e receptor compreendam a língua falada, os gestos feitos, os signos, etc., e assim haja entendimento dos sentidos da comunicação empreendida.

Dessa forma, a comunicação, podendo ser entendida como uma prática social, é um processo que viabiliza a conexão entre as pessoas, bem como a constituição da relação delas, no que exerce o papel de transmissão de informações, moldando a configuração das dinâmicas sociais. A comunicação organiza o convívio coletivo.

3.1.2 Comunicação e a interpretação de sociedades

Segundo Bordenave (1977), a comunicação realizada deliberadamente entre as pessoas através do diálogo carrega informações que podem indicar além do que está sendo emitido, e que podem complementar a interpretação do que está sendo recebido como mensagem pelo receptor,

É necessário compreender que a comunicação não inclui apenas as mensagens que as pessoas trocam *deliberadamente* entre si. Além das mensagens trocadas conscientemente, com efeito, muitas outras são trocadas sem querer, numa espécie de paracomunicação ou paralinguagem (Bordenave, 1997, p. 50, *grifo do autor*).

Com isso Bordenave (1997) alega que a cultura de uma sociedade é composta de expressões físicas, modos de falar, de se portar, compreender e agir que são próprios de seus costumes, e compõem um sistema inteiro de comunicação também próprio das pessoas dessa sociedade. E essa é uma forma, inclusive, de diferenciação e identificação das pessoas, pois todo o conjunto de comunicação sinaliza a sua cultura e de onde elas vêm (Bordenave, 1997). Martino (2011) corrobora com essa concepção ao pontuar que,

É, pois, no contraste cultural e no impulso de superar as diferenças que a comunicação se torna visível e supera os entorpecimentos das relações comunitárias. Nós somente nos damos conta de nosso idioma entrando em contato com o de outros (Martino, 2011, p. 19).

Para Martino (2011), a cultura representa um sistema próprio da comunicação, pois “implica a transmissão de um patrimônio através das gerações” (Martino, 2011, p. 23), ou seja, a cultura é o aporte de costumes e comportamentos de agrupamentos sociais que é passado a diante, através de uma das funções primeiras da comunicação na história da sua evolução que é o compartilhar.

Assim, a comunicação é um ato que envolve decodificação de signos e sinais, e toda sociedade e agrupamento humano possui padrões e funcionamentos diferentes dela, com decodificações também diferentes (Bordenave, 1997; Laignier 2009). E as culturas de uma sociedade, sendo um sistema próprio da comunicação, é responsável também pela estruturação das sociedades ao definir suas formas de convívio, no que, quando se aprende a interpretar a comunicação de um lugar, aprende-se também a interpretar as culturas e a própria sociedade em questão.

3.2 CIDADANIA

A cidadania é conceituada como o conjunto de direitos e deveres dos indivíduos que a integram, entendidos em direitos civis, políticos e sociais (Manzini-Covre, 2010). Seu conceito é fundamentado na atuação coletiva dos indivíduos, caracterizada pela comunicação de grupos, e marcada através do tempo por movimentações políticas e o desenvolvimento das sociedades em âmbitos sociais e econômicos (Cortina, 2005; Manzini-Covre, 2010). Nesse tópico, discorreremos a respeito do agir cidadão e sua relação com o Estado, compreendendo como o contexto político das sociedades interfere na compreensão de cidadania dos indivíduos.

3.2.1 Surgimento e evolução do conceito de Cidadania

A concepção inicial de cidadania é atribuída às cidades-estados da Grécia Antiga (XII a V a.C.) chamadas de pólis grega (Souza, s.d.), onde ser cidadão era ter efetiva participação dentro do sistema político da época, e na prática consistia integrar dos debates sobre a pólis entre os cidadãos em um espaço aberto a eles (Manzini-

Covre, 2010). Porém, apenas homens livres, filhos de gregos e nascidos na Grécia eram considerados cidadãos, excluindo assim mulheres e servos do sistema político da época (Manzini-Covre, 2010).

Com uma estrutura similar à da Grécia Antiga, a cidadania da Roma Antiga (VIII a.C. a VI d.C.) (Silva, s.d.) também era baseada na atuação política do cidadão, que também era restrita às mesmas condições, para homens livres romanos, filhos de pais romanos, em que nem todo homem livre fazia parte dos cidadãos, como alguns plebeus. Porém, de acordo com Adela Cortina, (2005) a atuação cidadã na Roma Antiga possuía um estatuto jurídico de proteção ao cidadão, em que o sujeito cidadão é aquele que atua de forma subserviente a lei e espera a proteção dela, enquanto no sistema grego antigo, o Estado não estava como um assegurado do cidadão (Cortina, 2005), e isso marca a diferença de sistemas políticos entre as duas sociedades.

Nas sociedades grega e romana antigas, a ação política era se ocupar com questões da *civita* (cidade, em latim), e o ideal do cidadão é essa participação (Cortina, 2005), por isso, ao longo da história da cidadania, percebemos que o envolvimento de pessoas na política do Estado o qual fazem parte é o que permitiu a construção de uma consciência cidadã, e em consequência, a manutenção e a própria noção do que é cidadania pode ser observada a partir dos sistemas e organizações políticas das sociedades no momento histórico analisados.

Para a concepção do sentido de cidadania no século XXI, volta-se para os acontecimentos dos séculos XVII e XVIII, especialmente para as revoluções francesa e inglesa e para o desenvolvimento intenso do capitalismo (Cortina, 2005; Manzini-Covre, 2010), pois é dessa fase histórica que descende o significado atual do seu conceito. De acordo com Manzini-Covre (2010), por conta da proteção de direitos naturais, ou seja, a tradição de sucessão de pai para filho dos direitos políticos e sociais durante a idade medieval, a cidadania fica adormecida durante os séculos de tradição feudal (Manzini-Covre, 2010).

As revoluções ocorrem, organizadas e empreendidas pela camada burguesa dessas sociedades (Manzini-Covre, 2010), impulsionadas pela necessidade de criar um tipo de comunidade política que defendesse a vida, a integridade e a propriedade de seus membros (Cortina, 2005). O traço comum dessas revoluções é a ação coletiva em busca de direitos civis e a constituição de políticas que assegurassem tais direitos.

Por isso essas revoluções significaram não só o rompimento com o antigo regime, de direito de nascimento, mas também marcaram o início da evolução gradual

de novos princípios políticos que culminaram no regime do Estado de Direito, o qual “coloca-se como o oposto ao Estado de Nascimento, ao Estado Despótico, até então existente sob a regência da aristocracia” (Manzini-Covre, 2010, p. 23), e que caracteriza a organização do Estado moderno,

o conceito de “Estado” refere-se a uma forma de organização política que se foi configurando na Europa a partir do século XIII até o final do século XVIII ou início do século XIX, e que a partir dali se estendeu a todo o mundo civilizado, libertando-se de algum modo de seus condicionamentos concretos de nascimento (Cortina, 2005, p. 44).

De acordo com Cortina (2005), a partir da ruptura de tradições políticas ocasionada pelas revoluções, a organização do Estado moderno acontece com a centralização de poder como núcleo elementar, em que ele “ostenta a soberania em um território que tem a unidade do mandato, a territorialidade e o exercício da soberania por intermédio de técnicos” (Cortina, 2005, p. 45), nessa estrutura o Estado representa, segundo Cortina (2005), uma relação de utilidade, no que o indivíduo se propõe a ser dessa ordem política e se submeter à sua coação porque obtém vantagens dele. Dentro desse contexto o conceito de cidadania é retomado pós-feudalismo, ligado ao lado das expressões: “Estado nacional” e “Estado” e “nação” que Cortina (2005) explica que,

Embora o termo “nação” seja extremamente vago, em princípio pode-se entender por nação uma comunidade marcada por raiz comum, com uma linguagem, uma cultura e uma história comuns, acompanhada de um requisito indispensável: a vontade de seus componentes de se configurarem como nação (Cortina, 2005, p. 46).

Essas expressões surgem nessa organização de Estado, pois a ideia de nação inspira uma relação natural, em que o sujeito nasce e se une quase como uma família maior, no que eles compartilham cultura, costumes, crenças e território por natureza e não coação, e o Estado precisa criar vínculos com seus membros para legitimar sua existência, e assim reforçar a ideia de pertencimento (Cortina, 2005). No Estado moderno são os cidadãos os responsáveis pela manutenção da nacionalidade, e a vontade do sujeito é imprescindível para conservar ou mudá-la (Cortina, 2005).

A ideia de pertencimento apontada por Cortina (2005) pode ser entendida também a partir da explicação da autora Chauí (2021) sobre o termo nação, o qual ela

explica possuir um caráter unificador ao discorrer sobre as palavras “nacional” e “popular”, que são ideias presentes na estrutura da cidadania, de acordo com Chauí:

Tanto o adjetivo “nacional” como o adjetivo “popular” reenviam a maneiras de representar a sociedade sob o signo da unidade social, isto é, nação e povo são suportes de imagens unificadoras, quer no plano do discurso político e ideológico, quer no das experiências e práticas sociais (Chauí, 2021, p. 32).

De acordo Cortina (2005), o vínculo político entre indivíduos e sociedade se constitui como um dos elementos de identificação do cidadão, pois fazer parte de um grupo faz a compreensão de Estado político funcionar a partir de um processo de aproximação e separação: a aproximação (identificação) de um indivíduo com seus semelhantes, e então a separação (diferenciação) dos grupos semelhantes em relação aos grupos diferentes (aos estrangeiros) (Cortina, 2005). Por isso, a concepção de uma sociedade unificada representa o juízo de uma comunidade em que os indivíduos lutarão pelo todo em sua defesa, o que é uma suposição da prática cidadã, como as próprias revoluções citadas, em que todas possuíam a característica principal de ser uma ação de grupo em busca de vida melhor.

O sentimento de uno, reforça a ideia de pertencimento a um Estado que está para o indivíduo como esse está a ele, o que embasa o “Estado de bem-estar”, que é voltado para a proteção ao cidadão, e é apontado por Cortina (2005) como um dos caminhos que levou a cidadania a ser reconhecida, na atualidade, como a “cidadania social”, tanto por ter sido cunhado por Thomas H. Marshall¹ assim, mas primordialmente por conta de sua estrutura se basear na proteção do cidadão e de tudo que é assunto dele e da sociedade.

Na contemporaneidade, após séculos de evolução, a cidadania é conceituada como o conjunto de direitos e deveres que o cidadão tem como integrante da sociedade que pertence, classificados como direitos civis, políticos e sociais (Manzini-Covre, 2010). Os direitos civis dizem respeito ao direito ao próprio corpo, de ir e vir quando e como bem entender, tendo ordem de si mesmo (Manzini-Covre, 2010). O direito social é o direito ao atendimento das necessidades humanas básicas, um conjunto de tudo aquilo que repõe a força de trabalho do cidadão, mas principalmente sua força humana (Manzini-Covre, 2010). Já o direito político se trata de resguardar a

¹ Thomas Humphrey Marshall, sociólogo britânico do início do século XX, desenvolveu a ideia de cidadania a partir do conjunto de três elementos de natureza normativa, uma parte civil, uma parte política e uma parte social (Mastrodi, Josué; Avelar, Ana Emília Cunha, 2017).

deliberação da vida daquele ser humano, ou seja, de ter sua expressão política, religiosa, e de opinião respeitada, bem como a ação conjunta de representação nas organizações diretas (sindicato, parlamento, câmara, etc.). O direito político é responsável por garantir os direitos civis e sociais (Manzini-Covre, 2010).

A evolução da cidadania sofreu interpelação de revoluções sociais e econômicas estando sempre entrelaçada à política, e seguindo o entendimento de Manzini-Covre (2010), a cidadania pode ser entendida como o próprio direito à vida no sentido pleno, pois inclui não só receber direitos, mas ser também um agente na reivindicação deles, “neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor” (Manzini-Covre, 2010, p. 10), principalmente a partir do cumprimento de seus deveres, garantindo para as pessoas participação política e, principalmente uma vida em comunidade, pois toda prática cidadã é uma prática de convivência em grupo.

3.2.2 O cidadão: um indivíduo coletivo e do Estado

Defender a cidadania agir em prol dos deveres e direitos civis, políticos e sociais das pessoas, que permitem uma vida em conjunto nas sociedades e são base da relação entre o cidadão e o Estado, visto que é o Estado o incumbido de garantir que esses direitos sejam cumpridos (Cortina, 2005; Bobbio, 2007; Manzini-Covre, 2010), assim, observar o regime político de um país em seus contextos históricos proporciona entender qual a concepção de cidadania e direitos cidadãos vigentes nesses países.

No Brasil, a concretização da cidadania e reconhecimento amplo do cidadão é relativamente recente. Segundo José Murilo de Carvalho (2021), é somente com a redemocratização do país após o período de ditadura militar brasileira – de 1964 a 1985 – que se reestabelece os direitos civis e políticos da população, garantindo juridicamente a cidadania brasileira com a criação da constituição de 1988, que foi aprovada como “a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã” (Carvalho, 2021, p. 155).

Carvalho (2021) explica que historicamente o Brasil viveu alguns momentos de “agitação” política com as revoltas protagonizados por brasileiros em diversos territórios do país, desde o período do Brasil Colônia até o fim da Primeira República (1530 a 1930), que podem ser considerados momentos de “entusiasmo cívico”, visto que todos eles não evocavam um sentimento de identidade brasileira, mas sim de

identidade regionalista de acordo com a região do país que estava revoltando-se (Carvalho, 2021). Ainda de acordo com o autor, isso era resultado da falta de aproximação do povo com a administração política,

Pode-se concluir, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado (Carvalho, 2021, p. 70).

Assim, ao final da Primeira República, o povo brasileiro ainda não havia constituído uma consciência de nação nem uma relação com a política do Estado que possibilitasse o reconhecimento do cidadão por si mesmo e de seus direitos. E os direitos que já eram da população, como os direitos civis de ir e vir e poder se organizar, e os direitos políticos de votar para seus representantes da república, foram atrasados e até interrompidos durante os regimes políticos autoritários que sucederam o ano de 1930 (Carvalho, 2021), adiando ainda mais a constituição de uma consciência de cidadania brasileira, de acordo com Carvalho (2021).

O maior período opressor para os direitos da população brasileira foi o da ditadura militar (1964 a 1985), nesse período houve a interrupção dos direitos básicos da população em que “os instrumentos legais da repressão foram os “atos institucionais” editados pelos presidentes militares” (Carvalho, 2021, p. 126), que eram atos vogados como lei, mas sem passar por todo o processo de formação de uma. Esses Atos Institucionais (AI) retiravam os direitos já regulares da população, como o direito à livre expressão, ao voto, a instauração de partidos políticos, ao *habeas corpus*, e entre outros (Carvalho, 2021).

Mas, de acordo com Carvalho (2021), foi justamente durante a ditadura militar brasileira que a população mais se manifestou contra o regime político do país por suas ações repressivas e opressoras, e o que era um “entusiasmo cívico” passa a se desenvolver durante os 21 anos de ditadura militar como uma consciência nacional, no que o final do regime é marcado por um retorno gradual dos direitos civis e políticos, e tão logo, da concretização da cidadania (Carvalho, 2021).

No Brasil, a cidadania é lei, está presente na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), o sistema de normas jurídicas oficializadas pelo governo do país (Jus Brasil, 2020), desde sua primeira promulgação em 1988 como um direito de todo brasileiro. A Constituição do país é “a Lei Maior” do território e “todas as outras leis estão subordinadas a ela” (Jus Brasil, 2020). De acordo com Dagnino (2004), a Constituição consagrou o princípio de participação da sociedade civil na política do Brasil após o fim da ditadura militar. Na CRFB abarcam-se em seus títulos e artigos as regras para criação, reformulação ou anulação de leis já vigentes no judiciário brasileiro, em que se compreende a partir da CRFB as necessidades políticas, sociais e civis para o cidadão em prol do bom funcionamento da sociedade.

É a Constituição Brasileira que garante perante a justiça do país ao cidadão justamente sua liberdade de ir e vir, sendo reafirmada em diversos artigos ao longo do conjunto oficializado. O artigo primeiro (Art. 1º), do primeiro título da Constituição, em que são ressaltados os Princípios Fundamentais do Estado democrático brasileiro (Brasil, 2023), garante a cidadania como um “direito inviolável” da pessoa, logo, qualquer lei que interrompa o direito a ela, é considerada uma lei inconstitucional que confronta a ordem política do país.

O principal intuito das leis e normas promulgadas pela CRFB é a defesa do indivíduo – especificamente de seus direitos e deveres civis, políticos e sociais – tanto em âmbito individual quanto coletivo (Brasil, 2023), quando no inciso II do Art. 5º explicita que: “II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (Brasil, 2023, p. 10), assim, a liberdade de um cidadão não deve ser interrompida a não ser quando a lei compreende que suas ações são inconstitucionais por interferirem direta ou indiretamente na liberdade de um outro.

É no campo da força jurídica que a Constituição brasileira explica o agir coletivo, representando a defesa do direito ao exercício da cidadania. O envolvimento do Estado no cumprimento da justiça o torna um mediador da relação entre os cidadãos, que corrobora com a ideia de um Estado provedor de vantagens àqueles que se submeterem às suas normas (Cortina, 2005). A partir da CRFB é possível compreender como as leis conservam a cidadania pelo que ela é: uma construção coletiva e comunitária, de ordem pública, necessária de interseções que preservem o respeito à individualidade do cidadão.

A tríade de direitos do cidadão (civil, político e social) é fruto de todas as interpelações passadas pela cidadania ao longo de sua evolução. E as leis

construídas pelo jurídico do Estado e colocadas na Constituição podem ser consideradas como a organização que prevê o bom funcionamento da cidadania ao guiar o cidadão em seu exercício de como respeitar a coletividade e ser tratado perante o judiciário brasileiro.

3.3 ESPAÇO PÚBLICO

Os espaços públicos de uma cidade representam a presença do poder público Estatal nos ambientes comuns a todos, e compõe o meio de vida público das pessoas onde elas convivem (Habermas, 2014), mas principalmente os locais onde o convívio acontece e onde se observa a cidade sendo exercida. Seu conceito advém da esfera pública, que é uma esfera do mundo comum, e onde tudo que lhe aparece pode ser visto e ouvido (Arendt, 2020). Nesse tópico, buscamos compreender como se definem os espaços públicos, entendendo como as esferas de ação humana moldaram a ideia de organização deles, e como isso se relaciona com o poder e a representação do Estado para os indivíduos.

3.3.1 Conceituação das esferas: de onde vem o espaço público

A definição do que são os espaços públicos advém da distinção entre a esfera pública e a esfera privada, se originando especificamente dentro da concepção de esfera pública como um domínio de compartilhamento público, e um espaço de reunião das pessoas (Habermas, 2014). As esferas pública e privada se reconfiguram no decorrer da história e, assim como o próprio conceito de cidadania, essa reconfiguração se dá de acordo com o estar coletivo (Arendt, 2020). Os seus primeiros sinais de existência também são datados na Grécia Antiga, quando e onde,

a distinção entre as esferas privada e pública da vida corresponde aos domínios da família e da política, que existiram como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-Estado (Arendt, 2020, p. 85).

De acordo com Hannah Arendt (2020), para o pensamento filosófico grego a vida do cidadão na cidade-Estado possuía duas ordens de existência, uma existência privada, que era reservada ao lar, ao espaço íntimo familiar próprio das pessoas, e

era motivada pela associação natural delas (Arendt, 2020). Enquanto a outra era a existência pública caracterizada especialmente pela organização política, e pela ação e o discurso, bem como pela reunião dos cidadãos e o compartilhamento do meio comum a todos, formando assim a esfera pública do povo grego (Arendt, 2020).

A diferença das duas esferas se dá pelo caráter da intimidade, em que uma é reservada, limitada na casa e na família, e a outra é aberta, onde tudo pode ser visto e ouvido. Segundo Arendt (2020) a concepção grega considerava que as esferas não eram simplesmente diferentes, mas opostas, pois enquanto a esfera pública era o espaço político do cidadão grego, era a convivência entre os outros e, inclusive representava a existência do homem por ser visto e ouvido (Arendt, 2020), a vida privada era entendida como um lugar de privação,

na percepção dos antigos, o caráter privativo da privatividade, indicado pela própria palavra, era sumamente importante: significava literalmente um estado de encontrar-se privado de alguma coisa, até das mais altas e mais humanas capacidades do homem (Arendt, 2020, p. 91-92).

Arendt (2020) explica que o caráter privativo da esfera privada dava ao domínio público uma imagem de “liberdade”, que significava a igualdade dos cidadãos dentro dos espaços comuns, em que todos eram vistos como iguais, diferente da disposição do lar, onde havia a hierarquia familiar (Arendt, 2020). Essa percepção de privatividade como privação vai se modificar, segundo Arendt (2020), na modernidade, quando o domínio privado for entendido não como estar privado de algo, mas sim de ter uma propriedade privada, a qual Arendt (2020) explica ser onde se abriga a intimidade das pessoas,

hoje não pensamos mais primeiramente em privação quando empregamos a palavra “privatividade” e isso em parte se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada por meio do moderno individualismo. Não obstante, parece ainda mais importante o fato de que a privatividade moderna é pelo menos tão nitidamente oposta ao domínio social – desconhecido dos antigos, que consideravam o seu conteúdo como assunto privado – quanto do domínio político propriamente dito. O fato histórico decisivo é que a privatividade moderna, em sua função mais relevante, a de abrigar o que é íntimo, foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da esfera social, com a qual é, portanto, mais próxima e autenticamente relacionada (Arendt, 2020, p. 92).

Assim, a esfera privada passa de um caráter privativo, para o caráter de propriedade que serve para assegurar o íntimo das pessoas às investidas externas, e essa definição configura a ideia central da esfera privada (Arendt, 2020).

Já sobre a esfera pública, Arendt (2020) explica que “o termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos [...]. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (Arendt, 2020, p. 101), e assim, o que vem a público se constitui como uma realidade a todos a quem é exposto, tomando forma e perdendo o caráter desconhecido, “Em segundo lugar, o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (Arendt, 2020, p. 3), ou seja, é o mundo em si, os espaços físicos onde as pessoas convivem, produzido pelos humanos para sua própria convivência, e que acabam por fazer parte das relações humanas, seja de forma explícita ou subjetiva, por serem os espaços habitados.

Assim, na esfera pública é onde as pessoas podem ser vistas e ouvidas enquanto vivem em comum com os outros, enquanto é na esfera privada que as pessoas desenvolvem sua vida reservada e íntima a elas. Essa constituição das esferas proporciona não só uma dinâmica dupla na vida das pessoas, mas também realiza uma dinâmica de continuação de uma esfera para a outra, isso pois, de acordo com Arendt (2020), as pautas íntimas das pessoas podem passar por uma desprivatização visando a adequação à aparição pública (Arendt, 2020),

Toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas nas privacidade ou na intimidade, trazemo-las para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter tido antes (Arendt, 2007, p. 60).

Ao ser transportadas pautas privadas para a esfera pública, essas recebem a sua aparência de realidade fundamental para a percepção na esfera comum, e podem então ser assimiladas e trabalhadas por outros, e é nesse âmbito que vai se configurar o espaço público.

Segundo Habermas (2014),

Denominamos “públicos” aqueles eventos que, em oposição às sociedades fechadas, são acessíveis a todos - do mesmo modo que falamos de praças públicas ou casas públicas. Já o discurso sobre “edifícios públicos” não implica apenas sua acessibilidade universal - não precisam necessariamente

estar abertos à frequência pública; eles abrigam simplesmente as instalações do Estado, e, como tais, são públicos. O Estado é o "poder público". Ele deve esse atributo à publicidade de sua tarefa: cuidar do bem comum público de todos os concidadãos (Habermas, 2014, p. 94).

Habermas (2014) alega que dentro das esferas privada e pública há espaços físicos em que dentro deles se constroem esferas opostas ao seu domínio, ou seja, dentro de um espaço privado que é comercial pode ocorrer a constituição de uma esfera pública, pois apesar de pertencer a alguém como propriedade, o domínio privado ao ser aberto a todos, pode proporcionar uma comunhão entre as pessoas independente se elas fazem parte da esfera privada íntima uma da outra,

No domínio privado está incluída uma esfera pública que lhe é própria, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas. Por isso, no âmbito reservado às pessoas privadas, distinguimos esfera privada e esfera pública. A esfera privada compreende a sociedade civil no sentido estrito, como o domínio da circulação de mercadorias e do trabalho social. Nela está incorporada a família com sua esfera da intimidade. A esfera pública política resulta da esfera pública literária. Por meio da opinião pública, faz mediação entre Estado e as necessidades da sociedade (Habermas, 2014, p. 140).

Os domínios privados possuem, assim, uma esfera pública por serem abertos ao público, e os domínios públicos, segundo o autor, são abertos ao público e também são de ordem do Estado, mesmo que nem sempre sejam de passagem irrefreada das pessoas. No século XXI, esses espaços públicos são compreendidos dentro da forma que Habermas (2014) chama de domínio público, que utiliza a palavra domínio justamente no sentido de espaço.

3.3.2 Quem cuida do espaço do público

Os espaços públicos, no Brasil, são “os espaços de uso comum, pertencentes à população, administrados pelo poder público” (Brasil, 2023), ou seja, os lugares e as instituições públicas governamentais onde o ir e vir é livre, são e estão sob a gestão do governo federal, estadual ou municipal, como prevê o Artigo 23 da Constituição da República Federativa do Brasil:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] IV - impedir a

evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; (Brasil 2023, p. 23).

Essa compreensão de espaço público como um espaço de gestão governamental reflete principalmente a relação da cidadania com o Estado, em que os âmbitos físicos geridos pelo governo são caracterizados como ambientes abertos a todos não só porque são de ordem pública, mas também porque são comuns a todos e cada indivíduo cidadão tem, por direito constitucional, o direito de opinar e exigir, e o dever de preservar e respeitar tais ambientes.

Segundo Bobbio (2007), o Estado representa uma formação destinada a exercer um poder soberano, e por isso é aquele que tem o direito de criar e aplicar direitos, assim, tornando o seu principal dever, justamente, o de fazer cumprir deveres e direitos dos cidadãos. Nessa concepção, o Estado é o responsável por “dar uma resposta às demandas provenientes do ambiente social ou, segundo uma terminologia corrente, de converter as demandas em respostas” (Bobbio, 2007, p. 60), essa relação demanda-resposta entre governo e governado reflete a constituição do pensamento de um Estado sistemático, que tem como principal preocupação a conservação do equilíbrio social, que mantém por meio de políticas públicas (Bobbio, 2007).

É por tal razão que será o Estado e sua formação política o alvo das críticas e exigências do público cidadão em busca de modificações, pois é ele também quem detém o poder principal e efetivo de realizar e responder as exigências.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura um estudo a respeito da constituição da cidadania entre os atores governamentais e não governamentais atuantes dentro do Calçadão Miguel Arraes por meio da comunicação estabelecida entre eles, e por essa razão é uma pesquisa de caráter qualitativo, em que, de acordo com Minayo (2007), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...], ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (2007, p. 21), e pontos assim são destacados na busca de uma resposta para o problema que guia a presente pesquisa.

Além disso, o cunho qualitativo de uma abordagem metodológica possibilita uma compreensão mais aprofundada das particularidades do comportamento dos indivíduos, segundo Richardson (2012) alega, em que as “observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento de estruturas sociais” (Richardson, 2012, p. 80), o que é necessário na busca realizar uma análise da comunicação e como ela revela as ações cidadãs empreendidas entre os atores da feira.

4.1 COLETA DE DADOS

Para a fase de coleta de dados foram utilizados dois métodos: a observação participante e a entrevista estruturada.

Para compreender como se dá a comunicação entre os atores (governamentais e não governamentais) presentes na feira do Calçadão Miguel Arraes, foi preciso observar o desenvolver da comunicação deles enquanto dialogavam e se relacionavam uns com os outros, além disso, foi necessário considerar que a pesquisadora responsável pela observação e construção da pesquisa faz parte da comunidade de atores não governamentais da feira, e estava, assim como eles, interagindo nesse meio de convivência ao mesmo tempo que coletava dados.

Com isso, a observação participante foi considerada mais apropriada para identificação e mapeamento da convivência e relações entre os atores da feira pois, de acordo com Richardson (2012), é um método de coleta em que o pesquisador observará o que se propõe a estudar como integrante daquela comunidade ou grupo, no que o “observador participante tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade

do que o observador não participante” (Richardson, 2012, p. 261), sendo esse um dos principais pontos positivos desse método segundo o autor.

Para realizar a observação na feira do Calçadão, primeiro foi delimitado o local a ser utilizado para execução da observação, que tinha de ser um espaço ao qual possibilitasse observar e interagir com outros feirantes. Ainda, foi estipulado antes da coleta iniciar que o local de observação seria fixo, já que a troca de lugar repercutiria diretamente na manutenção e construção de confiança e relação e, em consequência, poderia gerar alterações nos resultados, assim, foi escolhido como ponto fixo o banco de vendas que é utilizado por minha família localizado no Setor Verde do Calçadão, para toda a primeira fase de coleta de dados.

Estabelecido o local, foi montado o roteiro de observação, que foi utilizado como um norteamento para o material, que são as anotações sobre a rotina e interações dos atores, e que levou em consideração os três conceitos teóricos principais da pesquisa: comunicação, cidadania e espaço público.

A respeito do conceito de comunicação, a busca foi identificar o que havia na interação dos atores para além das conversas em prol da comercialização, ou seja, o que geralmente era comunicado, como e por quem. Para o conceito de cidadania, o ponto principal foi verificar, a partir da convivência entre os atores, indícios e representações das suas práticas de convívio dentro e a partir do ambiente, ou seja, grupos existentes, regras da feira, sistemas de convívio. Já o conceito de espaço público, em que a principal observação foi o uso do próprio espaço físico pelos atores.

Além desses pontos do roteiro, também foi padronizado um cabeçalho para a observação, em que foram marcadas as informações de local, data, hora de entrada e saída, assim como o total de horas observadas naquele dia. Ficando assim o roteiro e cabeçalho de cada observação participante:

Quadro 1 – Cabeçalho e roteiro da observação participante

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE Nº ____	
Local:	Horários
Data: / /	Entrada:
	Saída:
	Total de horas:
COMUNICAÇÃO: Cunho da interação dos atores – Comunicação específica	CIDADANIA: Sistemas de convivência – Regras da feira – Grupos
ESPAÇO PÚBLICO: o uso do espaço público pelos atores não governamentais.	

Fonte: A autora (2023).

A coleta foi realizada uma vez na semana, sempre nas sextas-feiras, que é o dia oficial de acontecimento da feira do Calçadão Miguel Arraes desde 2023. O período de coleta se dividiu em dois, no primeiro as observações seguiram das datas de 24 de novembro de 2023 até 22 de dezembro de 2023, e no segundo período foi de 01 de março a 19 de abril de 2024. Esse período foi assim dividido pois considerei a alta temporada de vendas (final de ano) e a baixa temporada de vendas (pós-carnaval). Ao total, foram 10 dias de observação participante, conforme o quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Datas de realização da observação participante

Meses													
Novembro 2023							Dezembro 2023						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4						1	2
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30
							31						
Março 2024							Abril 2024						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2		1	2	3	4	5	6
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30				
31													

Legenda:

= Datas que houve observação.

Fonte: A autora (2025)

Na segunda fase de coleta de dados, foi utilizado o método da entrevista estruturada, a fim de aumentar a reunião de informações sobre os conceitos abordados. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a entrevista em geral é um

método de coleta quase por excelência da pesquisa social, pois ela configura “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 195).

No caso de uma entrevista estruturada, ainda segundo Lakatos e Marconi (2003), ela é conduzida a partir de um roteiro de perguntas previamente construídas pelo entrevistador, “o motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 197), no que permite a comparação dessas respostas às perguntas iguais, mas a partir de diferentes respondentes.

As questões foram elaboradas visando complementar a coleta da observação, por isso foram realizadas após o período de observação e a partir do que foi coletado com ela, também considerado a construção teórica para a pesquisa. As perguntas foram divididas entre os conceitos/ tópicos teóricos de comunicação, cidadania e espaço público, e o objetivo principal das perguntas foi identificar principalmente a construção de cidadania e associação em um espaço público dos entrevistados a partir da comunicação deles.

Para a amostragem de respondentes, a imprecisão da quantidade de feirantes e suas especificações de gênero e idade nos levou a optar pela técnica bola de neve. Segundo Vinuto (2014), essa técnica funciona a partir da escolha primária de entrevistados, no que o pesquisador seleciona alguns potenciais respondentes e estes em questão indicam os próximos a participarem da entrevista. Para a pesquisa, essa técnica possui a vantagem de se aproveitar das redes já estabelecidas entre os entrevistados, fornecendo assim um conjunto maior de contatos potenciais, e ainda preservando a saturação de respostas como critério de finalização da coleta.

Foram construídos roteiros de entrevistas para cada grupo de atores, no que, com o início das entrevistas, novos grupos de atores foram identificados, um não governamental, representado pela associação de carroceiros que atua na feira, e os governamentais, que estão no espaço sob a colocação do poder público o representando, sendo esses os administradores, responsáveis pela gestão da feira pública, os faxineiros e a segurança.

Sobre a execução, as entrevistas foram iniciadas em maio de 2025, sendo realizadas presencialmente na feira com gravação de voz dos entrevistados que concordaram em participar e devidamente consentiram por meio de termo de autorização, seguindo até o mês de agosto de 2025 quando finalizadas diante à

saturação das respostas, quando essas começaram a se repetir com frequência. Ao final, contabilizamos trinta e uma (31) entrevistas divididas entre os grupos: feirantes (quinze), administradores (três), associação (um), carroceiros (dois), ambulantes (três), faxineiros (4) e seguranças (três), conforme o quadro 3. O foco central são os feirantes, por isso o número de entrevistados deste grupo é o maior entre todos.

Quadro 3 – Grupos de atores (governamentais e não governamentais) e quantidade de entrevistas

	Atores	Entrevistas
Não governamentais	Feirantes	15
	Carroceiros	2
	Rep. Associação dos carroceiros	1
	Ambulantes	3
Governamentais	Administradores	3
	Faxineiros	4
	Seguranças	3

Fonte: A autora (2025)

4.2 ANÁLISE DE DADOS

Para realizar a análise dos dados obtidos a partir da coleta foi realizada uma análise de conteúdo inspirada no método de Lawrence Bardin (2016), que explica a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2016, p. 37), que se concentra na análise do que ela vai chamar de “significantes”, que são os elementos concretos das mensagens, mas também dos significados, que são as interpretações das informações contidas nas mensagens.

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo pode ser compreendida até mesmo como “um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2016, p. 37), isso pois, o objetivo do método é analisar sistematicamente os significados ocultos ou implícitos presentes nos elementos (significantes) das mensagens, indo além da interpretação superficial para obter uma compreensão mais profunda do contexto, sentidos e ideias que podem ser extraídos desses elementos, pois na utilização da análise de conteúdo, a busca é conhecer o que está por trás das palavras nas quais empregamos o método (Bardin, 2016).

Para a presente pesquisa, a análise de conteúdo inspirada em Bardin contribuiu justamente na organização dos elementos e sua interpretação. Para realizar o manejo

dos dados coletados, foram necessários seguir alguns passos. Primeiro, foi feita a organização das mensagens, que nada mais é que a preparação dos dados para a análise. Em seguida foi feita a codificação, que consiste na separação do que foi coletado em unidades de registro e contexto, que seriam a unidade de significação a ser codificada (Bardin, 2016), ou seja, o elemento que foi extraído do recorte de conteúdo que está inserido. Esse processo é moldado de acordo com o tipo de conteúdo coletado, que no nosso caso foram anotações em campo da observação participante e entrevistas transcritas, e fez com que nossas unidades de registros fossem as palavras-chave destacadas nos dados, durante o segundo passo da análise. O terceiro passo foi a categorização das unidades de registro (palavras-chave) separadas durante o segundo passo. Bardin (2016) diz que “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2016, p. 147), ou seja, essa parte da análise prevê a classificação dessas unidades de registro primeiro as separando pelas suas diferenças, e então agrupando-as pelo que elas têm em comum numa categoria, e uma vez tendo os elementos separados e agrupados nelas, o passo seguinte foi encontrar as inferências entre eles, obtendo assim a interpretação da análise.

4.2.1 Definições Constitutivas (DC) e operacionais (DO)

Para essa etapa da pesquisa, as categorias foram estabelecidas considerando os tópicos teóricos, no que cada uma está ligada aos conceitos trabalhados, por isso escolhi alguns termos e estabeleço aqui as suas definições constitutivas (DC) e operacionais (DO) em prol de evitar desvios de compreensão, já que, em contextos diferentes, os mesmos termos podem ter significados diversos.

Os termos escolhidos são: interação, ações cidadãs, deveres e direitos, no que suas definições constitutivas e operacionais são:

- **INTERAÇÃO:**

- **DC:** a comunicação empreendida entre os indivíduos, e seu uso na constituição da relação entre eles (Bordenave, 1997; Martino, 2011; Marcondes Filho, 2008).

- **DO:** caracterizada através da identificação de cunho e intenção da comunicação dos atores governamentais e não governamentais entre si.
- **AÇÕES CIDADÃS:**
 - **DC:** práticas individuais dos indivíduos que repercutem no todo da convivência coletiva (Cortina, 2005; Manzini-Covre, 2010).
 - **DO:** operacionalizada através das ações individuais e coletivas dos atores da feira e prol do desenvolvimento da coletividade.
- **DEVERES:**
 - **DC:** a compreensão do que é o conjunto de obrigações dos indivíduos e do que devem fazer (Cortina, 2005; Manzini-Covre, 2010).
 - **DO:** identificada através do que é cumprido pelos atores governamentais e não governamentais dentro da feira.
- **DIREITOS:**
 - **DC:** a compreensão do que é o conjunto de garantias dos indivíduos e do que podem ter/fazer (Cortina, 2005; Manzini-Covre, 2010).
 - **DO:** identificada através do que é cobrado pelos atores governamentais e não governamentais dentro da feira.

5 ANÁLISE

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados, a organização e análise dos mesmos a partir da base teórica do trabalho.

A pesquisa passou por duas fases de coleta de dados, primeiro a observação participante, realizada em duas épocas e com o total de 10 dias de feira observados, e em seguida a entrevista estruturada, realizada com 31 entrevistados diferentes, divididos em sete grupos, três governamentais e quatro não governamentais.

Com a análise de conteúdo inspirada em Bardin (2016), os dados foram sistematizados e analisados a partir das categorias definidas.

5.1 A OBSERVAÇÃO DO ESPAÇO E SEUS ATORES

Como primeira fase da coleta foi realizada a observação participante, um método escolhido com o propósito de reconhecer o espaço da feira do Calçadão Miguel Arraes e observar como se dá o dia a dia de feira.

Inicialmente, foi feito o reconhecimento do espaço físico para construir sua descrição. O Calçadão Miguel Arraes é dividido por três setores identificados por cores, setor verde, branco e azul, e um setor denominado feira do Paraguai, onde se concentra a venda de importados. Ao longo da extensão da feira há dois pontos de banheiro feminino e masculino, um no setor verde e outro no setor azul, e em cada setor tem praça de alimentação com restaurantes e quiosques.

O estacionamento fica ao lado do setor azul, e depois dele está o prédio da administração do Calçadão. Em cada setor tem um portão de entrada para a feira. Todos os setores, exceto o Paraguai, são divididos em ruas com bancos numerados, e cada rua é identificada por uma letra em toda sua extensão, assim, para encontrar um banco da feira, é necessário as informações de setor, rua e banco, já que a numeração deles se repete a cada rua de cada setor.

Feito o reconhecimento do local, uma das primeiras informações que a observação possibilitou foi a identificação dos atores que trabalham dentro da feira no espaço de vendas e que compõem os grupos para a observação.

Dos atores não governamentais foram identificados os feirantes, os carroceiros e os ambulantes. Entre os atores não governamentais também existem os clientes, que compõem um grupo caracterizado pela ida à feira em busca de comprar

mercadorias dos feirantes. Foi percebido que esse grupo de atores, porém, diferente de todos os outros (governamentais ou não), possui uma frequência de ida às feiras significativamente menor em comparação aos outros atores, tornando sua participação no dia de feira menos rotineira do que a dos demais. Esse grupo tem sua interação focada nas negociações apenas, só interagindo quando há o interesse despertado pelas mercadorias expostas nos bancos.

Ainda, enquanto os ambulantes e carroceiros percorrem a feira repetidas vezes pelas mesmas ruas (o espaço entre os banco) ao longo do dia de feira, os clientes não têm o intuito de retornar o caminho que já traçaram, e uma vez que passam por uma rua não voltam, na maiorias das vezes, na mesma direção. Isso colocou esse grupo como um ator ocasional, que é o objetivo final dos feirantes, mas que não tem o mesmo vínculo com a rotina que os demais, e por isso não foi escalado para a segunda etapa da coleta de dados, a entrevista estruturada.

Já entre os atores governamentais, ou seja, aqueles que são os funcionários públicos que trabalham dentro do espaço, foram identificados, inicialmente, a partir da observação participante: os faxineiros e os seguranças, e em segundo momento a administração, o grupo responsável pela gerência do espaço público.

A identificação desses atores foi possível a partir da própria rotina feirante, que se caracteriza em chegar à feira, arrumar o banco, expor suas mercadorias e esperar pela passagem e chegadas dos clientes. Nisso, percebi que os atores não governamentais dividem o espaço da feira enquanto ela acontece com um fluxo diferente de movimentação para cada grupo. Enquanto o feirante permanece parado à espera dos clientes, saindo de seu banco apenas para e se for realizar entregas, os carroceiros se movimentam dentro da feira em horários de pico buscando clientes que precisem de frete, quando não, ficam parados em espaços ao redor da feira, como as entradas e saídas, já os ambulantes percorrem toda a extensão do Calçadão oferecendo seus produtos até que a feira acabe ou sua mercadoria seja toda vendida.

Essa dinâmica torna a construção de convívio e relação diferente para cada grupo, os feirantes possuem mais tempo e oportunidade de se relacionarem entre si do que com carroceiros e ambulantes. Outro ponto observado é que, assim como com os clientes que vão à feira, os feirantes possuem uma interação às vezes mais comercial com os carroceiros e ambulantes, já que também são parte do grupo de clientes desses atores não governamentais, pois fazem uso de seus serviços e compram seus produtos. A interação dos feirantes com os carroceiros e ambulantes é

mais rápida, devido a diferença de movimentação entre os três grupos, os carroceiros e ambulantes não podem ficar parados, seu trabalho exige movimentação pela feira, mas o feirante precisa ficar parado em seu banco.

Devido à construção física do espaço, os feirantes acabam convivendo mais com seus vizinhos de banca durante o tempo passado entre os espaços formados pelas fileiras de bancos uma de costas à outra. O espaço vago entre as fileiras de bancos são chamados de beco, e é nesse espaço vago que acontece o desenvolvimento do convívio dos feirantes.

Figura 4 – Visão de cima do setor Azul do Calçadão Miguel Arraes



Fonte: Calçadão Miguel Arraes de Alencar (2019).

A comunicação dos feirantes com os clientes tem características de gentileza ao mesmo tempo que é objetiva e descritiva, própria da comercialização. Já com seus vizinhos, a interação tem como característica a amistosidade, eles contam coisas sobre a própria vida, expressam opiniões sobre a feira, falam de assuntos do mundo que chamem atenção e não são indiferentes ao entorno, eles expressam sua opinião sobre o espaço da feira abertamente.

Além da amistosidade, outra característica apresentada entre os feirantes foi a cooperação. Uma das implicações da rotina do feirante é o atendimento ao cliente comprador de peças, que exige que haja troco nos pagamento, certa habilidade em matemática, e permanência no banco. E a cooperação entre os feirantes indicou um sistema próprio da feira, em que atitudes como “olhar o banco”, expressão usada para definir a ação do outro em atender na sua ausência, ou emprestar dinheiro para troco de pagamento, compartilhar água, ou equipamentos como tesouras, banquinhos e calculadoras são ações comuns.

Foi observado, nesses momentos, que até mesmo quando um feirante é recém-chegado no local e não tem intimidade com os feirantes mais antigos, ainda assim ele pode contar com essas práticas por parte dos vizinhos, pois ele não altera essa cultura, ele se insere a ela. Não se trata sobre o grau de intimidade do relacionamento entre as pessoas que estão naquele local, mas sim sobre uma cultura presente na rotina da feira que não se altera e pode ser acessada por pessoas diferentes independente de sua relação.

Além disso, também devido ao espaço compartilhado, entre as práticas de cooperação os feirantes tendem a prezar pelo respeito ao espaço de movimentação e do banco do outro, já que o tamanho do local é limitado para todos, evitando assim invadir o lugar que é do feirante vizinho. Nesses espaços não têm marcação visível, o que torna a divisão não tão clara e mais intuitiva, além de ser uma tendência que geralmente é em prol da proteção do próprio limite, numa pressuposição de que o vizinho de banco, ao não ter seu espaço invadido, também não invadirá o seu.

O espaço para os feirantes do Calçadão Miguel Arraes não é mero detalhe, afinal, a feira é o lugar de trabalho deles, e mesmo sendo um espaço público de ordem governamental, é onde cada um tem “seu” banco e é responsável pela sua arrumação, limpeza e conservação. Durante a observação foi possível perceber que os feirantes têm noção de que a manutenção geral do Calçadão é de responsabilidade do governo local, ou seja, da prefeitura da cidade, e criticam os cuidados quando experienciam alguns problemas que acometem a feira, como as quedas de energia elétrica e a falta de papel higiênico e água nas torneiras e chuveiros dos banheiros, que foram registradas durante a observação participante. Porém, apesar das reclamações ao funcionamento, por vezes feitas com asperidade e xingamentos em meio às conversas dos feirantes, não foi registrado durante a observação uma iniciativa

coletiva, ou individual, para reivindicar alguma alteração do cenário vivido, por meio de reclamação formal à administração do Calçadão.

Um ponto a ser relatado é a presença do poder público no espaço através dos funcionários municipais que trabalham no Calçadão. No início da observação, as faxineiras, responsáveis pela limpeza dos banheiros em dia de feira, não utilizavam uniforme ou fardamento, passando a usar apenas quando a observação chegou ao fim, enquanto os seguranças utilizavam roupas na cor preta em virtude da uniformização deles. A identificação desses dois grupos de atores só foi possível devido estarem em seu ambiente de trabalho e operando sua função, ou seja, as faxineiras enquanto estavam no banheiro e os seguranças enquanto controlavam e organizavam o trânsito de automóveis.

Já os administradores, a identificação deles se deu questionando a existência deles dentro da feira para os próprios feirantes próximos a mim durante a observação participante, e alguns indicaram a presença do grupo atuando em um espaço próprio ali dentro dos domínios físicos da feira, uma sede situada ao lado do estacionamento, mas o primeiro contato com esse grupo de atores foi apenas na segunda fase de coleta de dados, que foi as entrevistas estruturadas.

Com a observação participante foi possível obter perspectivas da feira a partir do ponto de vista do feirante, e ao final dela ficou evidenciado que esse grupo de atores tem maior interação entre si devido ao espaço e rotina que compartilham, no que, com os atores carroceiros, ambulantes, faxineiros e seguranças se constitui uma relação a partir de interações mais pontuais. Toda essas percepções obtidas foram utilizadas para a construção da segunda etapa da coleta, as entrevistas estruturadas.

5.2 COMUNICAÇÃO DOS ATORES E A CONVERGÊNCIA EM CIDADANIA

O primeiro grupo entrevistado foi o de feirantes, com 15 entrevistas no total; o segundo foi o grupo de administradores, com 3 entrevistas no total, e durante uma dessas entrevistas houve o surgimento de um outro grupo, que foi; o terceiro a ser entrevistado, a associação dos carroceiros, com 1 entrevista no total; o quarto a ser entrevistado foi o grupo dos carroceiros, com um total de 2 entrevistas; o quinto foi o grupo dos faxineiros, com um total de 4 entrevistas; o sexto foi o grupo de seguranças, com um total de 3 entrevistas; e o sétimo foi o grupo de ambulantes, com 3 entrevistas.

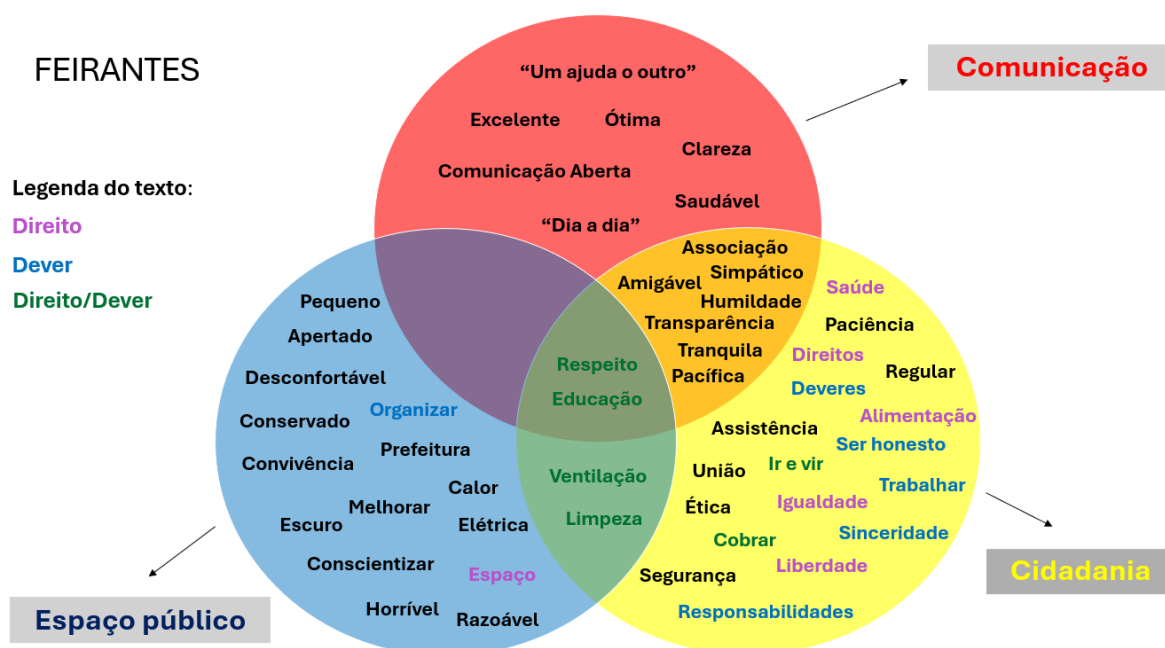
Durante a coleta das entrevistas percebi que a não identificação por nome deixava os atores entrevistados mais confortáveis para responderem as questões, portanto todos são identificados com o nome do grupo que fazem parte e uma numeração, que corresponde à ordem da coleta de entrevista de cada grupo.

5.2.1 Os feirantes

Os feirantes compõem o grupo de atores não governamentais que trabalham dentro da feira do Calçadão Miguel Arraes expondo e vendendo suas mercadorias, na maioria peças de vestuário, em bancos de vendas.

Abaixo, na figura 5, demonstramos as respostas dos entrevistados feirantes entre comunicação, espaço público e cidadania de maneira subjetivada.

Figura 5 – Representação respostas dos atores feirantes



Fonte: A autora (2025).

Foi verificado, de acordo com as entrevistas, que as interações entre os feirantes moldam a relação entre eles, e por isso são realizadas a partir de uma comunicação que busca ser saudável e respeitosa, caracterizada pela amizade, pacificidade, educação e transparência, como mostrado na figura 5 acima. Essas características visam construir entre eles um coletivo amistoso:

A comunicação é boa. Nós nos comunicamos, tipo, se eu quiser ir ao banheiro, o vizinho olha o banco, a pessoa fala com ele, ele olha. É uma coisa bem espontânea. E fora que, é como eu digo, **é três anos de feira, então os vizinhos são os mesmos, ali em convívio**. Aí a pessoa já tem... É que nem amigo. Já virou amigo (Feirante 1, grifo nosso).

A convivência contínua, fruto da rotina da feira, exige que a forma de falar, se portar e interagir uns com os outros aconteça a partir de uma comunicação aberta, pois essas interações são a própria relação dessas pessoas dentro do Calçadão. E não só isso, como está mostrado na fala do Feirante 1 anteriormente, o tempo de convívio faz com que a relação entre o grupo vá além da casualidade, ou da divisão do mesmo espaço. Nisso, a definição da comunicação como um instrumento de sociabilidade feita por Bordenave (1997) explica essa construção de relação, pois considera a socialização a partir do interesse dos indivíduos que comunicam (Marcondes Filho, 2008; e Martino 2011) e a cultura de cooperação que envolve os atores feirantes em seu exercício.

Diante o tempo que os feirantes passam juntos, reunidos nos espaços entre as fileiras de boxes de venda, eles apontam algumas ações que devem ser realizadas pelo próprio grupo em prol da organização do espaço, **“Pra manter mais limpo, né? Ter uma organização, né? Quem trabalhar aqui dentro mesmo, pra o cliente quando chegar aqui, achar o negócio mais bem organizado, né?”** (Feirante 6, grifo nosso), e essas ações são práticas que visam o conforto coletivo, ou seja, são ações cidadãs. Limpeza, organização, respeito ao estacionamento e ao espaço do banco do outro, são práticas que seguem uma estruturação coletiva pois, realizadas de maneira individual, afetam, positivamente no caso, o todo (Manzini-Covre, 2010).

Além disso, uma das características mais enfatizadas pelos feirantes sobre como ter e manter uma boa convivência foi estabelecer o **respeito** entre as partes, sendo uma unanimidade respostas como o do Feirante 14: **“Ah, manter o respeito, como eu disse, ajudar um ao outro, essas coisas”** (grifo nosso). O respeito está presente nas práticas cidadãs e na compreensão de direitos e deveres dos feirantes, no que a própria ação de respeitar será um dever e um direito reconhecido por eles: **“Ser respeitado, em primeiro lugar. Respeito.”** (Feirante 4, grifo nosso).

A partir das entrevistas, foi reconhecido que para os feirantes os deveres de uma pessoa também é trabalhar, ser honesto, respeitar, cumprir com suas obrigações, assim como alega o Feirante 2: **“Dever é responsabilidade. Honrar os**

compromissos. [...] Tudo que fizer ter uma responsabilidade. Isso é o dever de cada pessoa” (grifo nosso), e a Feirante 7: “É, **tem que honrar com os compromissos**, ser uma boa pessoa em casa, **tratar a todo mundo com respeito**” (grifo nosso).

Já sobre os direitos e deveres enquanto feirantes, o espaço do Calçadão Miguel Arraes faz parte dessas considerações do grupo, que acham bom, mas são críticos à estrutura dele e principalmente à sua manutenção, e respostas como as da Feirante 3 foram recorrentes na entrevista: “**É bom, mas precisa melhorar mais**. Precisa botar energia. Precisa de muita coisa” (grifo nosso).

Os feirantes reconhecem que é um direito a existência e uso desse espaço público, esse é um pensamento que Habermas (2014) explica quando faz a diferenciação entre os espaços públicos e privados, em que o primeiro tem sua manutenção atribuída ao Estado, ou seja, ao poder público. Bobbio (2007) também replica que será o Estado aquele que dará as respostas às demandas apresentadas pelos seus cidadãos, e isso acontece com os feirantes: “[...] E **eles deveriam** fechar e colocar ar-condicionado para ficar melhor para todo mundo” (Feirante 3, grifo nosso), na resposta da Feirante 3 sobre o que acha da feira, ela faz a colocação de um “ele” como o agente capaz de realizar as mudanças, e esse “ele” se refere ao governo municipal da cidade.

O grupo sabe que tem como direito um espaço público eficiente, mas apesar da noção de pertencimento, ainda assim eles não se organizam como tal para reagirem como agentes reivindicadores, que é parte da concepção da cidadania (Manzini-Covre, 2010).

5.2.2 Os administradores do Calçadão

Os administradores compõe o grupo de atores governamentais inseridos na feira pelo poder público da cidade para cuidar do gerenciamento do espaço do Calçadão e de seus integrantes. Eles operam a partir de uma sede dentro do terreno da feira do Calçadão Miguel Arraes que fica depois do estacionamento, recebendo no espaço as pessoas que circulam na feira e suas demandas. A partir das entrevistas, algumas informações foram obtidas, como a falta de um documento regulamentário sobre as diretrizes de convivência da feira, ou seja, um estatuto de regras, a falta de uma associação ou grupo representativo dos feirantes dentro da feira, e a existência da representação da associação dos carroceiros.

Na figura 6, demonstramos as respostas dos entrevistados administradores entre comunicação, espaço público e cidadania de maneira subjetivada.

Figura 6 – Representação das respostas dos atores da administração



Fonte: A autora (2025).

A partir das respostas dos entrevistados, foi constatado que as interações que envolvem o grupo de administradores são constituídas a partir de suas funções com os integrantes da feira, em que a relação do grupo com os demais atores é movida pela busca de resoluções de problemas que surgem entre os atores ou de manutenção do espaço, a realização de consultas a questões tributárias, o retorno de demandas já pedidas, e como papel de superiores dos demais grupos governamentais, ou seja, de outros servidores. Os administradores também representam apoio e parceria a esses funcionários e são responsáveis por aquilo que compreende a relação dos atores do Calçadão entre si e com o próprio espaço,

A gente atende o feirante, nas demandas dele, tipo qualquer problema que tem lá embaixo, um box, uma lampada queimada, depois **eles trazem pra cá pra gente resolver**, e também a gente tem aqui o serviço de imprimir boletos, das taxas mensais, enfim, **tirar toda a dúvida também dos feirantes e dos clientes também**, cadastro de clientes pra estacionamento, a gente faz tudo por aqui, pelo setor administrativo [Administrador 1, grifo nosso].

A partir das definições de Marcondes Filho (2008) e Martino (2011), percebemos que as interações entre o grupo de administradores e os demais atores constituem uma relação fundamentada no dever de um para com o outro, em que a socialização atribuída ao ato de comunicar (Bordenave, 1997) está presente na prática do ato, mas não na intenção por trás dele. O uso e o interesse compreendidos como princípio da comunicação na sua definição (Marcondes Filho, 2008; Martino, 2011) também são, nessa situação, a natureza da interação dos administradores com os demais, em o processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência (Martino, 2011) é caracterizado pelas demandas que devem ser resolvidas pela administração.

Por exercerem um papel de atendimento aos demais atores e terem a função de gerenciamento do local e dos demais servidores, os administradores da feira executam o poder público da cidade dentro da feira: **“A gente cumpre o que o secretário e o que o prefeito pedem para a gente. A gente tem feito de forma que agrade todo mundo. Dando o melhor de cada um também”** (Administrador 2, grifo nosso), e para isso fazem uso do poder que essa representação incube ao grupo (Bobbio, 2007), que se faz de extensão da ordem do governo municipal.

Entretanto, por possuírem o poder de mediar as situações dentro do Calçadão não só com os atores não governamentais, mas com os servidores gerenciados por eles também, os administradores não configuram um grupo que busca representação, pois detêm eles mesmos o poder de decisão dentro do local. Isso pode ser evidenciado na resposta de um dos administradores a respeito dos direitos e deveres dos atores não governamentais:

[...] **Mesmo a gente não tendo o procedimento, a gente tem algumas regras que eles precisam seguir** em relação de limpeza, em relação de manequins, em relação de, enfim... **Uma série de coisas que eles têm que cumprir**, além de pagar a taxa mensal do solo para a prefeitura. E é isso. Aí, no caso, seria a manutenção do espaço também deles, é proibido ligar som alto, questão de fumar, essas coisas mais básicas (Administrador 1, grifo nosso).

De acordo com Bobbio (2007), o poder público é o responsável por dar respostas às demandas apresentadas por sua população e os administradores, estando nesse papel para os demais atores do espaço, têm suas ações cidadãos fundamentadas no cumprimento das suas funções, como também as concepções do que são direitos e deveres, já que o papel de representação do poder público acompanha o fazer cumprir o direito do outro,

Veja, **o dever da administração do calçadão como um todo é zelar pelo equipamento público, manter em ordem e sem maiores atritos o relacionamento entre fregueses e feirantes e dar bom andamento ao dia de feira**, fazendo a manutenção do equipamento público para que no dia de feira ele esteja em perfeitas condições pra uso (Administrador 3, grifo nosso).

Essa configuração dos administradores representarem o poder público acarreta que o grupo não fale tanto dos seus direitos como funcionários, e enxerguem apenas seu dever dentro daquela função, é o que mostra a resposta do Administrador 1:

É porque também **tem essa mistura do Calçadão e a prefeitura**, só que... É porque é muito amplo nessa questão de direitos e deveres. **O nosso dever é cumprir com a obrigação do setor público de atender a população**, os feirantes e os clientes da melhor forma possível. É o nosso dever. **Basicamente é isso** (Administrador 1, grifo nosso).

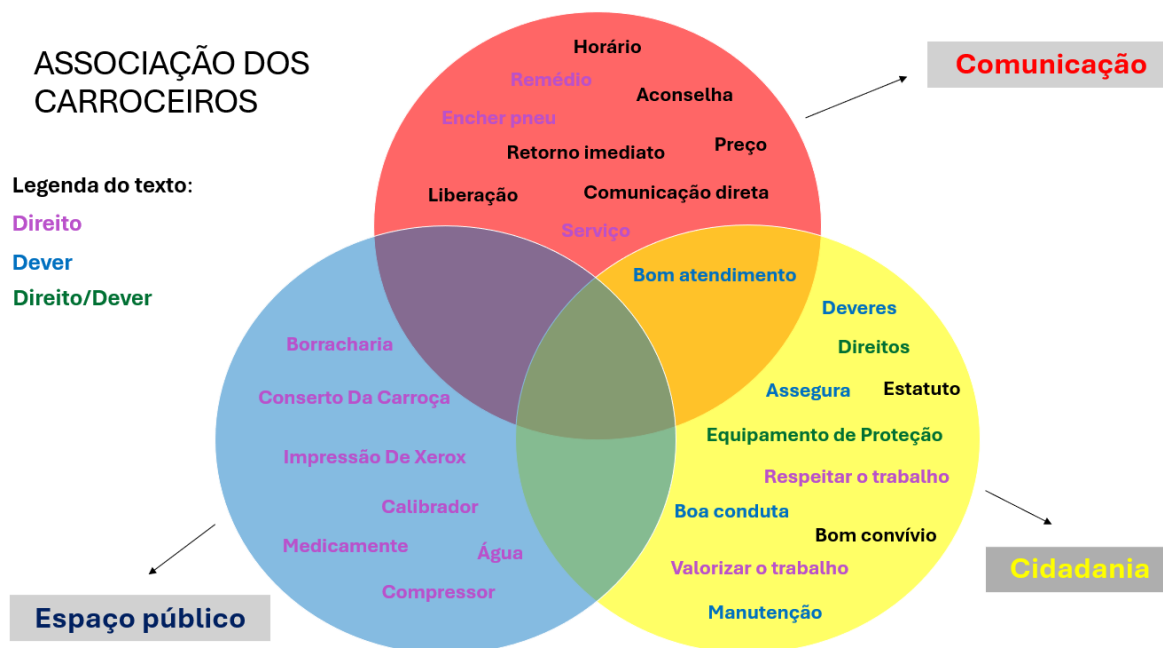
A compreensão de dever do grupo está no papel de fazer cumprir o direito do outro, pois seu direito é o próprio poder, como explicado por Bobbio (2007).

5.2.3 Representante da Associação do Carroceiros

A Associação dos Carroceiros Autônomos de Santa Cruz do Capibaribe (ACA-SCC) é uma organização que visa assegurar e fazer cumprir os direitos e deveres dos carroceiros associados. Seu grupo, aqui representado por um integrante da diretoria executiva, que será identificada como Auxiliar ACA, possui dois integrantes na diretoria. A associação opera em uma sala ligada à sede da administração do Calçadão, mas sem contato direto com ela (uma sala afastada), e recebe nesse espaço os atores com que se relaciona: os carroceiros, os feirantes e os clientes – estes dois últimos compondo o grupo de clientes dos carroceiros.

Abaixo, na figura 7, demonstramos as respostas dos entrevistados associação entre comunicação, espaço público e cidadania de maneira subjetivada.

Figura 7 – Representação das respostas da associação



Fonte: A autora (2025)

Foi obtido, a partir da entrevista, que as interações que mais envolvem a associação acontecem com dois grupos de pessoas: os carroceiros e os clientes dos carroceiros, que podem ser os feirantes e os clientes da feira. Essas interações são caracterizadas pelo seu dever de diretoria da associação, assim como as que acontecem com a administração do Calçadão com seu dever da função. A interação é fundamentada na asseguarção do carroceiro e seu trabalho dentro da feira do Calçadão e do Moda Center, no que sua comunicação tem a propósito de organização, aconselhamento, liberações e serviços, e com os clientes dos carroceiros, a interação é pra tirar dúvidas ou mediar conflitos,

Eu atendo mais os carroceiros. Aqui é um ponto mais propício a eles. O pessoal de fora que vem mais é pra, por exemplo, tomar água, porque vem muita gente de fora beber água da gente, vem encher pneu, calibrar pneu, ou buscar informações (Auxiliar ACA, grifo nosso).

De maneira similar à administração do Calçadão, a associação tem interações constituídas a partir de seu dever com os carroceiros, no que, novamente, o uso e o interesse excedem e se tornam a própria razão da comunicação, da interação da associação com os grupos que se relaciona. Nesse ponto, mais uma vez o processo

de compartilhar um mesmo objeto de consciência (Martino, 2011) é caracterizado pelas demandas que devem ser atendidas pela associação. A auxiliar ACA afirma que:

A associação dos carroceiros, ela é **um ponto onde assegura os direitos dos carroceiros e também os deveres**. A gente luta pelos direitos deles aqui dentro do Moda Center. O que acontece com eles, o presidente vai lá e resolve. Se tiver algum problema, ele vai lá e resolve. O que eles necessitam, eles vêm aqui procurar resolver (Auxiliar ACA, grifo nosso).

A partir do trecho acima, compreende-se que a associação tem como função interceder pelos carroceiros associados buscando seus direitos e deveres, os representando dentro das feiras frente a administração e os oferecendo aporte para seu trabalho, e esse é o traço que torna a própria função da associação uma ação cidadã, já que, segundo a explicação de Cortina (2005) e Manzini-Covre (2010), a ação coletiva em busca de direitos e a constituição de políticas que os assegurem é um traço comum da prática cidadã.

Isso também é válido para a compreensão do que são os direitos da associação dentro da feira, que, uma vez não definidos, evidencia a concentração nas obrigações. Aqui, o dever da função, assim como com os administradores, conduz a percepção do que são os direitos e deveres da associação, que compreende como deveres seus dentro da feira fornecer o que é necessário para os carroceiros, e seu direito é, novamente, a própria existência enquanto um corpo representativo (Manzini, 2010).

É possível visualizar isso na figura 7, dentro dos três conjuntos, comunicação, cidadania e espaço público, que os direitos destacados pela entrevistada são os deveres que a associação deve cumprir com seus associados,

A gente oferece, por exemplo [...], **água**, a gente tem **borracharia**, que eles não pagam com o **conserto da carroça**. A gente tem, tanto a borracharia quanto, aqui na associação, a gente tem o **compressor**, a gente tem **calibrador**, a gente tem **impressão xerox** se eles precisarem (Auxiliar ACA, grifo nosso).

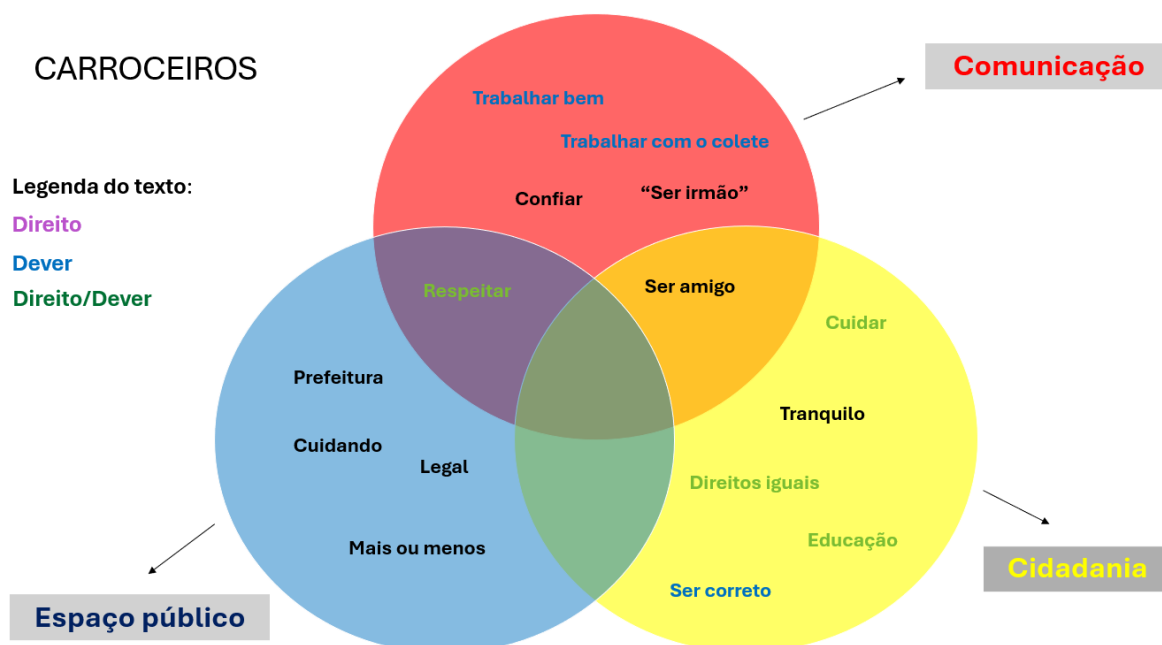
Ainda, no trecho acima, fica evidenciado que os deveres da associação estão atrelados ao que é oferecido por ela no espaço físico que está, o próprio mundo comum a todos (Arendt, 2020), que oferece apoio aos carroceiros, e que sua estrutura interfere no bem-estar físico deles.

5.2.4 Os carroceiros

Os carroceiros são um grupo de atores dentro da feira que trabalha realizando frete de mercadorias em carroças de mão puxadas por eles. A entrevista com eles foi feita após com a da associação para sabermos como funciona a relação dos carroceiros com a feira. O grupo atualmente têm 630 (seiscentos e trinta) associados que trabalham nas duas feiras, Calçadão e Moda Center, de acordo com a decisão deles próprios, assim como o valor do frete é por eles definidos, havendo sugestão da associação de alterar de acordo com as características do frete.

Abaixo, na figura 8, demonstramos as respostas dos entrevistados carroceiros entre comunicação, espaço público e cidadania de maneira subjetivada.

Figura 8 – Representação das respostas dos atores carroceiros



Fonte: A autora (2025).

A principal interação dos carroceiros, de acordo com as entrevistas, é com o grupo dos feirantes, que são os seus clientes e com quem têm maior contato ao longo do dia de feira, e segundo as respostas que eles deram, foi compreendido que essas interações devem ser usadas para a constituição da confiança com os clientes, através da tentativa de manter a "irmandade", amizade: "Tranquilo. Tem que **ser amigo um do outro**, né? **Também tem que ser irmão**" (Carroceiro 1, grifo nosso), e também o respeito: "Assim, é boa. A gente **respeitar e trabalhar bem**, né? Nenhum maltratar os outros. E respeito todos merecem" (Carroceiro 2, grifo nosso).

A comunicação, de acordo com Bordenave (1997), é o que possibilita a conexão entre as pessoas, e a partir das interações os carroceiros buscam demonstrar essas características e, assim, provar que trabalham bem. A confiança buscada através da comunicação é a própria forma de relação entre os carroceiros e feirantes, já que, segundo Martino (2011), a comunicação é o ato de se relacionar entre as pessoas.

Por trabalharem se movimentando dentro da feira com carroças que ocupam bastante espaço, a feira enquanto lugar físico passa a ser um ponto frequente na relação entre carroceiros e feirantes, já que este é o lugar comum de convívio de todos (Arendt, 2020), como destaca a resposta do Carroceiro 1 de que “Ser correto, do mesmo jeito. **Ser correto. Trabalhar pra não bater em ninguém.** Do pequeno ao maior” (grifo nosso), evidencia que a necessidade de educação e tranquilidade como uma forma de manter um bom convívio, evitando conflitos, sendo legais uns com os outros e até cuidando do espaço público, o que é a própria ação cidadã dos carroceiros, com o respeito aos direitos de ir e vir, consciente de que seus deveres afetam o todo coletivo (Manzini-Covre, 2010).

Essa percepção também está presente na definição do que são os direitos e deveres dos carroceiros. Durante as entrevistas, a resposta mais comum sobre os direitos é que “Direito tem que ser tudo igual” (Carroceiro 2), em que a igualdade é um ponto importante. Já os deveres estão atrelados ao seu trabalho, “**Trabalhar. Não... Ninguém pegar nada de ninguém**, que a gente só vive do trabalho... levar a vida assim” (Carroceiro 2, grifo nosso), além de respeito, trabalhar honestamente, visando a confiança, é necessidade incisiva dos carroceiros.

Acima, na figura 8, está representado dentro dos conjuntos de espaço público e cidadania o que é visto tanto como dever quanto como direito para os carroceiros, de que são para todos e devem ser desfrutados assim, e isso representa a própria compreensão de cidadania para eles, que é o viver coletivo com igualdade (Manzini-Covre, 2010).

5.2.5 Os faxineiros

O grupo dos serviços gerais, aqui chamaremos como atores faxineiros, fazem parte dos atores governamentais do espaço e são os responsáveis pela limpeza da feira do Calçadão Miguel Arraes. A equipe possui um total de sete pessoas até o

momento da finalização das entrevistas, distribuídas entre a limpeza do Calçadão durante a semana, e a manutenção dos banheiros nos dias de feira. Foram entrevistados quatro atores do grupo de serviços gerais.

Abaixo, na figura 9, demonstramos as respostas dos entrevistados faxineiros entre comunicação, espaço público e cidadania de maneira subjetivada.

Figura 9 – Representação das respostas dos atores faxineiros



Fonte: A autora (2025).

A maior parte das interações da equipe de limpeza é com o próprio grupo de faxineiros, os atores feirantes e administradores. A comunicação, de acordo com alegações dos entrevistados, pode ser mais “difícil” e “complicada” com o próprio grupo e os atores feirantes, diante da necessidade de se “comunicar direito”, que seria uma forma cuidadosa e amistosa de falar, como destaca a resposta do Faxineiro 4: “Pra ter uma boa comunicação, você tem que **se comunicar direito, respeitar o próximo, o próximo respeitar você**, né?” (grifo nosso), para assim demonstrar haver respeito entre as partes que interagem.

Para Bordenave (1997) e Martino (2011), a comunicação de uma pessoa possui traços do modo de falar dela, de se portar e, em consequência, de se relacionar, interpretar isso é um ponto necessário para a construção do convívio e sociabilidade, como é evidenciado na fala de uma das entrevistadas:

Respeito entre as pessoas. **Saber que as pessoas são diferentes** de cada um. **Tem pessoas que eu posso falar com você calma**, mas tem gente que vai falar meio grosso. **Mas não é aquela que é grossa, é que é o jeito dela falar**. Então a gente tem que manter o respeito com elas. E com a educação. Com a educação (Faxineiro 2, grifo nosso).

É o diálogo, a conversa com respeito, a humildade e amizade que, para os atores faxineiros, fará com que não haja conflitos com eles entre si e com os demais. Ainda, é através da comunicação em prol da boa relação que as práticas cidadã estará mais presentes, bem como a compreensão de cidadania do grupo. Ter união, respeito e educação no trabalho, além de resolver as pendências em equipe, por mais que seja “difícil”, são ações necessárias para a convivência, como evidenciam o Faxineiro 2: **“Trabalhar mais em equipe**. Ter mais comunicação, assim, se eu vou fazer X, será que pra você dá pra fazer X? **Não é querer mandar, mas tentar resolver o problema”** (grifo nosso), e o Faxineira 4:

Assim, **pra manter, ter uma boa convivência é você, assim, trabalhar em união, né?** Vai ser todo mundo reunido, igual fulano disse na quarta-feira, na segunda e terça à noite termina aqui, aí, quando é na quarta, eu mesmo sou a primeira (Faxineiro 4, grifo nosso).

De acordo com as entrevistas, percebe-se que existe uma compreensão de necessidade de união, e seguindo a explicação de Cortina (2005) sobre a identificação e pertencimento de grupo, a concepção de união, aqui, pode ser entendida como uma forma de alcançar o trabalho em harmonia, no que o grupo apresentou uma consciência de coletividade, compreendendo pertencerem a um grupo que necessita de acordo entre eles.

Além disso, questões que envolvem o espaço e sua estrutura também impactam o convívio, como a higiene e zelo por parte dos feirantes, e a consciência na forma de utilizá-lo. Para Arendt (2020), o espaço público é onde tudo pode ser visto e ouvido pois é o espaço comum a todo, e no caso, essas ações consideradas necessárias são da parte do feirante, pois a relação deles com o espaço físico, para os faxineiros, demonstram não só importância com a feira de todos, mas também com o trabalho da equipe de serviços gerais.

A compreensão dos deveres da equipe surgirá, para eles, de sua função, em que cumprir o trabalho de maneira honesta é o principal dever que declaram possuir: “O dever da pessoa é fazer, né? **Se você foi contratada pra fazer aquilo, você tem**

que fazer aquilo” (Faxineiro 4, grifo nosso), o trabalho, de acordo com as entrevistas, demonstra a própria responsabilidade dos atores ao completarem seus serviços com excelência. E a compreensão do que são os direitos do grupo também tem origem na função que desempenham, que devido a percepção de pertencimento, compreendem que a administração possui obrigação com eles, como oferecer apoio com materiais e instrumentos necessários para seus trabalhos, e mediação nas relações com os feirantes, dando atenção ao grupo como equipe do Calçadão,

O dever deles, que eu acho assim, **é dar mais suporte a gente**, né? **Não que eles não dão, eles dão, mas tem que ter uma atenção maior.** E assim, com a gente, eles são o supervisor, diretor, eles têm que estar mais atentos ao nosso serviço. [...] **Porque eu acho que o supervisor, ele tem que estar atento a essas coisas. Mas eu acho que é um dever deles** (Faxineira 2, grifo nosso).

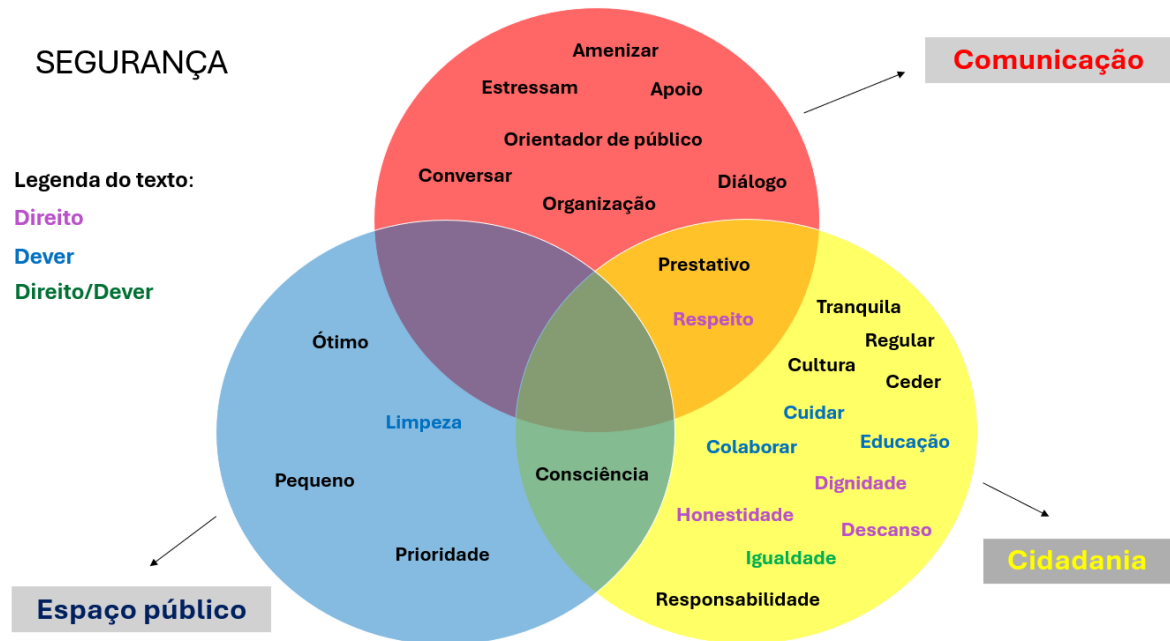
Questões como férias, atenção e supervisão apontadas ao longo das entrevistas e destacadas em cidadania na figura 9, dizem respeito, na verdade, aos direitos de terem seu trabalho e posições defendidas pelos atores da administração dentro do espaço, entre si e mediante os feirantes, valorizando assim o serviço empregado.

5.2.6 Os seguranças

Os seguranças são o terceiro grupo de atores governamentais dentro do Calçadão Miguel Arraes, e são responsáveis por fazerem o controle de entrada e saída de automóveis do espaço de trânsito, fiscalização, observação e orientação das pessoas dentro do dentro do Calçadão em dias de feira, enquanto no restante dos dias da semana são responsáveis pelo monitoramento e segurança do local. Eles operam nas entradas de automóveis e na própria feira, rondando o espaço. O grupo é composto por uma equipe de seis pessoas, e foram entrevistados o total de três seguranças do período diurno em dia da feira.

Na figura 10, demonstramos as respostas dos entrevistados seguranças entre comunicação, espaço público e cidadania de maneira subjetivada.

Figura 10 – Representação das respostas dos atores seguranças



Fonte: A autora (2025).

Foi notado através das entrevistas que o grupo de seguranças interagem principalmente com os feirantes e administradores da feira. Com os feirantes, as interações são caracterizadas pela função deles dentro do espaço, que visa organizar o trânsito e orientar as pessoas, servindo de apoio local para situações conflituosas ou para informação. Aqui, mais uma vez, a constituição da relação é definida a partir de uma interação pontual de interesse momentâneo de uma das partes, em que a socialização da comunicação (Bordenave, 1997) está apenas no ato em si.

Ainda, a comunicação dos seguranças com os atores feirantes pode, assim como com o grupo de serviços gerais, ser difícil. Segundo as entrevistas, durante as interações com os feirantes é possível ocorrer algum estresse com o grupo de seguranças justamente pelo seu dever profissional:

Rapaz, a comunicação... Algumas pessoas respeitam o nosso trabalho, **algumas pessoas não entendem e às vezes querem se estressar**, mas nós sabemos se dar com isso. Não é legal não. Não é legal não, sabe? Porque nós aqui tratamos todo mundo bem, certo? **E é o que nós esperamos também das pessoas, que tratam a gente bem** (Segurança 3, grifo nosso).

A comunicação apresenta em sua própria constituição, segundo Bordenave (1997) e Martino (2011), os traços do modo de falar, se portar e até do humor de uma pessoa, o que, em meio a uma interação, é possível aperceber parte de sua sociabilidade, e no trecho anteriormente mencionado é evidenciado como o humor é revelado a partir da forma de se comunicar entre as partes.

Também é na interação que a compreensão de coletividade vai surgir, pois, para os seguranças, o bom convívio deve ser baseado na conversa e no diálogo, em que se procura amenizar as situações de conflito e não os aumentar, como demonstra a fala do Segurança 2 sobre manter a convivência dentro do calçadão:

Ah, do meu ponto de vista da turma de segurança, eu acho que **a gente tem que ceder várias coisas**. Tipo, **você tá vendo alguém zangado com uma coisa, vai lá, tem que amenizar, não botar mais fogo pra causar um problema maior**. Então amenizar, conversar, é onde entra o diálogo. **Se você tiver um bom diálogo, uma boa paciência, tudo se resolve** (grifo nosso).

O destaque dado à necessidade de amenizar situações que possam parecer conflituosas, ceder e manter a paciência configuram as ações cidadãos que visam a boa convivência, e demonstra a consciência de que seu agir individual afeta o coletivo (Manzini-Covre, 2010), principalmente considerando os deveres da função que o grupo desempenha dentro da feira.

E essa consciência é a base para a compreensão de direitos e deveres dos seguranças também. A partir da profissão, são entendidos os deveres como as obrigações civis de colaborar com a prefeitura, cuidar do patrimônio público, e desempenhar os próprios deveres para que ninguém venha lhe cobrar, como o Segurança 3 alega: “Os deveres praticamente começam quando você... começam por você, **se você não for uma pessoa leal, você não pode cobrar os deveres de ninguém**” (grifo nosso). A palavra “leal” está sendo colocada pelo entrevistado como honestidade, no que seria dizer que para cobrar os deveres de alguém é preciso estar cumprindo os próprios, e isso, na definição de Mazini-Covre (2010) é justamente a responsabilidade que vem com a própria cidadania.

Sobre o que são os direitos de alguém, o grupo tem uma compreensão formada tanto a partir de sua função, em que tem como seu direito ser respeitado, tratados educação e assistidos pela administração. Já uma compreensão a partir de uma ideia geral, para esses atores, um dos princípios do direito é a igualdade, no que se evidencia a partir do seguinte trecho do Segurança 1: “Os direitos são... **Para mim,**

o direito de um acaba quando o do outro está começando. Respeito, dignidade e honestidade” (grifo nosso).

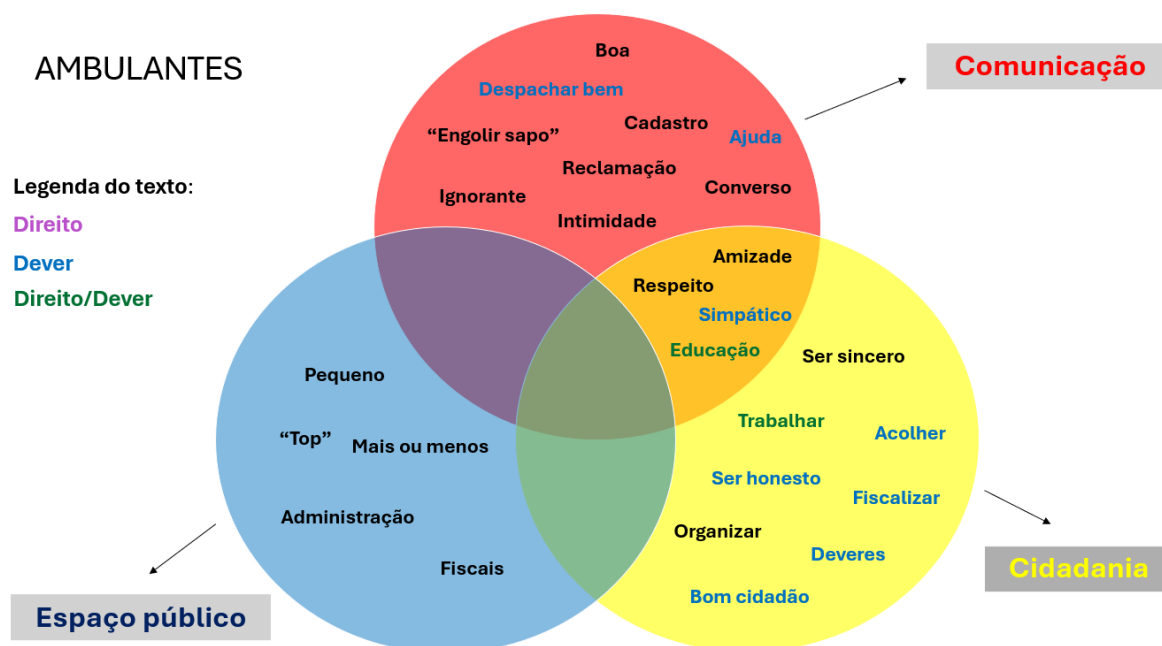
Essa ideia de que o limite do direito de um é quando ele ultrapassa o direito do próximo está presente, também, na própria constituição do que é a cidadania, no que, de acordo com Manzini-Covre (2010), implica o dever que todo conjunto de direitos atribui a um indivíduo que é agente de reivindicação.

5.2.7 Os ambulantes

Os ambulantes são o quarto grupo não governamental que opera dentro do Calçadão, vendendo mercadorias diversas, de alimentos a objetos, em carrinhos empurrados a mão, eles percorrem toda feira do começo ao fim entre as ruas, oferecendo seus produtos para os clientes. Para trabalhar dentro da feira do Calçadão precisam se cadastrar na administração regularmente e recebem um colete como identificação. Foram entrevistados três ambulantes no total.

Abaixo, na figura 11, demonstramos as respostas dos entrevistados ambulantes entre comunicação, espaço público e cidadania de maneira subjetivada.

Figura 11 – Representação das respostas dos atores ambulantes



Fonte: A autora (2025).

De acordo com as entrevistas, as interações do grupo de ambulantes acontecem com os administradores em casos de cadastros, e primordialmente com os feirantes, já que, assim como com os carroceiros, são os seus clientes e com quem têm maior contato ao longo do dia de feira, e com os clientes que circulam a feira comprando dos feirantes. Essas interações são caracterizadas, segundo as entrevistas, por uma comunicação que busca construir proximidade, amizade e respeito com os feirantes, mas que é marcada também pela tentativa de escapar dos conflitos:

Tratar bem as pessoas, despachar bem. É... **ser um pouquinho simpático, apesar que a gente tem que engolir sapo de vez em quando**, mas, como diz o ditado, o cliente tem sempre razão (Ambulante 3, grifo nosso).

Durante a interação existe a troca, a partilha entre consciências, e isso constitui a própria ação de se relacionar (Martino, 2011), e a forma de se expressar durante a comunicação deixa à mostra o humor dos envolvidos, como explica Bordenave (1997), que faz com que seja possível a interpretação de pontos importantes para uma sociabilidade, para uma compreensão do tom da conversa. No trecho acima, a entrevistada evidencia que o seu próprio modo de se comunicar vai afetar a resposta do outro, e por isso durante essa troca entre consciências, ela toma atitudes que preservem a harmonia.

Essa atitude é reafirmada pelos ambulantes ao longo das entrevistas, em prol de manter a boa relação com os feirantes, têm como ação cidadã a consciência do coletivo, percebida no destaque à sinceridade e simpatia como atitudes que são próprias da boa convivência, e principalmente honestidade, como alegado pelo Ambulante 1: “Trabalhar honesto, **sem atrapalhar aqui né, na feira**” (grifo nosso).

Outra ação cidadã é a preocupação em atrapalhar o fluxo da feira, que aparecerá nas respostas de outros ambulantes pois, assim como os carroceiros, eles são um grupo que trabalham com carrinhos de mão que ocupam os corredores, e a feira, por ser um espaço público comum de convívio de todos (Arendt, 2020), precisa ser compartilhada com consciência de divisão,

Bom, eu, como ambulante, **meu dever eu acho que é fazer meu lanche bem-feito, limpinho, novinho, vender bem, tratar bem as pessoas que são meus clientes e fazer o máximo possível para agradar**. Não a todos, mas pelo menos aqueles que são meus clientes eu deixo satisfeito (Ambulante 3, grifo nosso).

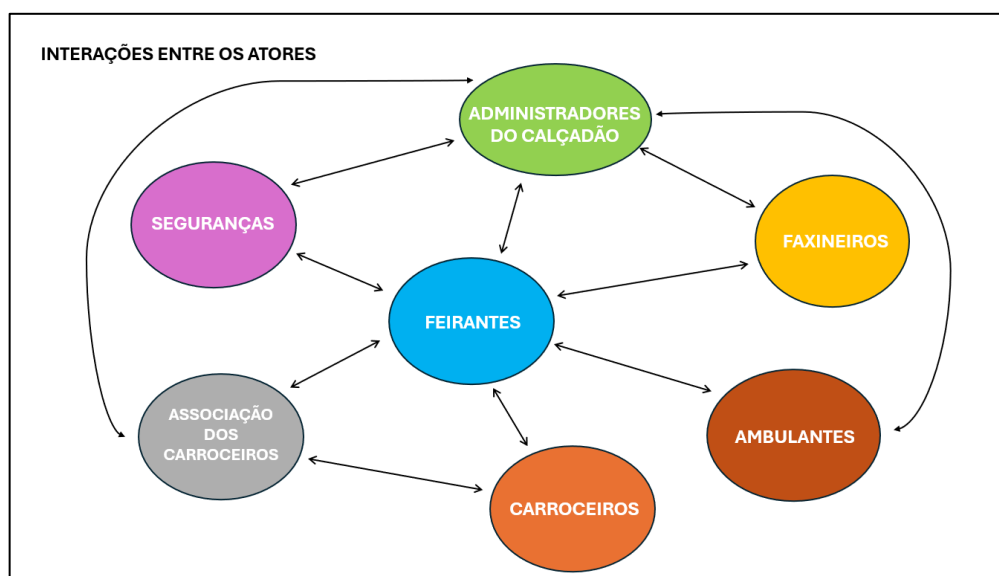
A compreensão dos direitos e deveres dos ambulantes está fundamentada no trabalho, tanto no que eles desempenham dentro da feira, como mostrado no trecho acima, Ambulante 3, em que a falha no dever de um afeta o direito dos demais (Manzini-Covre, 2010), mas também no fato de trabalhar em si, como evidencia a fala do Ambulante 2: “Os direitos das pessoas é **trabalhar e receber e fazer do seu dinheiro o que precisa for**” (grifo nosso); nesse trecho, o trabalho, como ato civil e constitucional, é o próprio processo de obter deveres e direitos a partir de uma ação cidadã, já que, cumprido o ato laboral, o uso de sua recompensa para as necessidades do trabalhador é de escolha do mesmo, e essa é uma situação que exemplifica a constituição da cidadania como um conjunto que atribui ao indivíduo direitos e deveres para sua ação reivindicatória (Manzini-Covre, 2010).

5.3 RELAÇÕES E COMPILAÇÕES DE DADOS

O Calçadão Miguel Arraes é integrado por atores governamentais e não governamentais que dividem não só o espaço público da feira, mas também fazem parte da rotina semanal uns dos outros. Ao compartilharem espaço e tempo de forma repetida, cria-se entre eles um convívio modulado pelas suas funções dentro do lugar, no que os grupos de atores vão interagir mais com uns do que com outros.

Abaixo, na figura 12, temos a representação das interações dos grupos de acordo com as menções e pontuações realizadas pelos próprios entrevistados.

Figura 12 – Representação das interações entre os atores governamentais e não governamentais



Fonte: A autora (2025).

Como mostra na figura 12, todos os sete grupos de atores interagem com os Feirantes, no que representa em cinco deles a principal e mais frequentes interações. O segundo grupo com mais interação com os demais é o de Administradores, e o terceiro é o de Ambulantes. Os demais grupos possuem interações ou com o próprio e com os Feirantes, como os Faxineiros, ou com um específico devido a relação direta, como no caso da Associação com os Carroceiros.

Após demonstrar as principais interações dos atores, mostra-se necessário também a organização e compilação dos dados das entrevistas, de forma que possamos visualizar de forma sintetizada as principais concepções de cada grupo em relação às definições das categorias da análise, como temos no Quadro 4, abaixo:

Quadro 4 – Compilação de dados

ATORES	CATEGORIAS			
	Interação	Ações Cidadãs	Deveres	Direitos
Feirantes	Voltada para a socialização e constituição de amistosidade	Caracterizadas pela cooperação e respeito aos atores e o espaço público – a feira	Compreendidos como responsabilidades e obrigações.	Arelados aos deveres do poder público
Administradores Do Calçadão	Propositada pelo dever da função dos atores dentro da feira	Fundamentadas no desempenho adequado da feira	Fazer cumprir as regras e o direito dos atores dentro da feira e o desejo do poder público	O próprio poder da função
Associação do Carroceiros	Propositada pelo dever de apoio e representação aos carroceiros	Constituídas na representação de grupo	Representar e apoiar os carroceiros frente às administrações	A execução dos deveres
Carroceiros	Voltada à constituição de confiança	Caracterizadas pelo respeito e consciência dentro da feira	Agir com honestidade	Compreendidos como a própria igualdade
Faxineiros	Voltada a evitar conflitos no trabalho	Caracterizadas pela busca de harmonia no trabalho	Execução de seu trabalho com primazia	Receber suporte e reconhecimento dos superiores
Segurança	Voltada a orientar e organizar os atores da feira	Fundamentadas no cumprimento da função	Compreendidos como colaboração do civil dentro do espaço público	Compreendidos como igualdade e assistência dos superiores
Ambulantes	Voltada à constituição de amizade e evitar conflitos	Caracterizadas pelo respeito e consciência dentro da feira	Fundamentada em cumprir bem o trabalho dentro da feira	Fundamentada no ato de poder trabalhar

Fonte: A autora (2025).

Após a análise das entrevistas, os dados mostraram que cada grupo, ao estabelecer uma forma de interagir com os demais, caracterizara essas interações

como a forma responsável pela construção das relações dentro do Calçadão Miguel Arraes, no que são essas relações que instituem o convívio coletivo em que a cidadania é construída. Ou seja, as ações cidadãs dos grupos são exercidas, muitas vezes, através da comunicação pautada na convivência dentro do espaço público, e assim corroboram com a constituição da cidadania dentro do Calçadão.

Entretanto, para entender como se dá a cidadania dentro da feira, é preciso saber se os atores de dentro dela sabem seu conceito. Por isso, ao final de cada entrevista, a última pergunta realizada foi: “Para você, o que é cidadania?”. Algumas respostas obtidas repetiram palavras usadas para definir seus direitos e deveres, que trouxeram a noção de cidadania como a universalidade do respeito, do ir e vir, da inclusão e da responsabilidade civil.

Porém, a principal resposta obtida, foi a admissão da maioria dos entrevistados de não ter conhecimento do que é, por definição, cidadania.

A interpretação desse fato, entretanto, não foi de que os atores não sabem o que é ser cidadão, mas sim de que o conceito de cidadania, para eles, vem de uma definição atrelada a ação partidária política, no que “ser cidadão confunde-se com o direito de votar” (Manzini-Covre, 2010, p. 9). Mas o que foi percebido durante as entrevistas, e aqui evidenciado pela análise, é que o conceito de cidadania está implícito em suas respostas ao explorarem sobre direitos e deveres, apenas não estando relacionados tais direitos e deveres ao conceito de cidadania.

Por isso, por mais que os entrevistados não construam uma definição de cidadania quando perguntados sobre, ainda assim, eles praticam ações cidadãs a partir da comunicação entre eles dentro da feira e de suas relações, tanto uns com os outros, como com o próprio espaço público e o que ele representa.

6 CONCLUSÃO

A constituição de uma consciência cidadã se dá partir de diferentes maneiras para os indivíduos, mas está, inevitavelmente, no cotidiano delas, possibilitada a partir da comunicação entre as pessoas durante seu convívio. Seja nos espaços públicos ou privados, a cidadania, por mais que nem sempre tenha uma definição didática na mente das pessoas, está incutida nas ações delas.

E teve como ponto de partida o Calçadão Miguel Arraes, uma feira que integra a história do município de Santa Cruz do Capibaribe não só por ser o espaço público de maior movimento da cidade, mas também por representar um espaço político, social e econômico na vida de quase quatro mil pessoas, que surgiu o objetivo de: analisar como a comunicação dos feirantes do Calçadão Miguel Arraes (atores não-governamentais) entre si e com os atores governamentais do município corrobora para a construção de cidadania nesse espaço público.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa primeiro identificou os atores atrelados ao Calçadão obtendo o total de sete, quatro deles são não governamentais: Feirantes, Carroceiros, Ambulantes e a Associação. E três governamentais: Administradores, Faxineiros e Seguranças. A interação entre os atores acontece mais entre alguns grupos do que com outros, no que vai demonstrar particularidades a partir de quem está se relacionando com quem. Ao longo das coletas e análises, pude conferir que a comunicação, para a maioria dos grupos, é instrumentalizada e voltada para a constituição do padrão de convívio, caracterizada pela sempre busca de manter o respeito, a cooperação, amizade e, ainda, pela tentativa de evitar conflitos.

O espaço público, ou seja, a feira do Calçadão Miguel Arraes, também tem sua ênfase nas relações, pois além de ser o espaço físico que os atores compartilham, é também o local onde acontece as interações e atitudes de convivência, no que, a partir de sua divisão e uso, bem como a consciência de que é um espaço de gerência do poder público, logo, é por si só um direito desses grupos, a feira se torna também um dos motivos e assuntos das interações entre os atores.

Apesar da maioria dos atores não terem uma definição didática ou estruturada do que é cidadania, eles possuem atitudes de coletividade, respeito, direitos, deveres, cooperação, e consciência de conservação do espaço que ocupam, o que indica que mesmo sem relacionar a palavra cidadania ao seu conceito, eles não só o sabem como também praticam dentro da feira, principalmente a partir do entendimento do

que são e quais são os seus direitos e deveres, mesmo que a reivindicação dos direitos seja ainda uma ação incipiente para alguns atores.

A análise permitiu identificarmos as ações cidadãs exercidas a partir da comunicação entre os atores, concluindo que os grupos instrumentalizam suas interações como forma de construção das relações dentro do Calçadão Miguel Arraes, e são essas relações que instituem o convívio coletivo em que a cidadania é identificada, tudo construído e mantido através da comunicação oral.

REFERÊNCIAS

- A CIDADE. **Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe**, [s.d]. Disponível em: [2https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/pagina/id/6](https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/pagina/id/6). Acesso em: 26 ago. 2023.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Antônio Campelo Amaral; Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2016.
- PEREIRA, Bruno Bezerra de Souza. **Caminhos do desenvolvimento: uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe**. São Paulo: EI Edições Inteligentes, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. Trad: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação?**. 22. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.
- BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 128/2022, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. 62. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.
- BRASIL. Ministério das Cidades. 3. **O que são os espaços públicos?**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/3-o-que-sao-espacos>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- CALÇADÃO DE CONFECÇÕES MIGUEL ARRAES DE ALENCAR SERÁ INAUGURADO NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA. **Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe**, 2014. Disponível em: <https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/noticia/id/737>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** [recurso eletrônico]: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. 2 ed. São Paulo: Fundação Abramo, 2021.
- Calçadão Miguel Arraes de Alencar. **Calçadão**. Disponível em: https://www.facebook.com/calcadaomiguelarraes/?locale=pt_BR. Acesso em 3 dez. 2025.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: Para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- CARDOSO, Gustavo. **A comunicação da comunicação: as pessoas são a mensagem**. Lisboa: Editora Mundo Sociais, 2023.

CASTELLS, Manuel (ORG); CARDOSO, Gustavo (ORG). **A sociedade em rede: do conhecimento a acção política**, Conferência. Belém: Imprensa Nacional, 2006.

DATA DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In; Daniel Mato (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110.

Escola São Domingos, **FEIRA LIVRE DO MODA CENTER SANTA CRUZ – CALÇADÃO**, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IWmPdrTtNQA>. Acesso em: 20 jan. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

MPE BRASIL. **Município Santa Cruz do Capibaribe**, 2021. Disponível em: [https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/santa-cruz-do-capibaribe#:~:text=Na%20cidade%20de%20Santa%20Cruz%20Do%20Capibaribe%2C%20em%20termos%20da,e%20Com%C3%A9rcio%20Varejista%20\(2.867\)](https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/santa-cruz-do-capibaribe#:~:text=Na%20cidade%20de%20Santa%20Cruz%20Do%20Capibaribe%2C%20em%20termos%20da,e%20Com%C3%A9rcio%20Varejista%20(2.867).). Acesso em: 16 set. 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**: Contatos antecipados com a Nova Teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denílson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo populacional de Santa Cruz do Capibaribe**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-cruz-do-capibaribe/panorama>. Acesso em: 26 ago. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios - 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-cruz-do-capibaribe/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 2 jan. 2025.

INSTITUTO FECOMÉRCIO PE. **Perspectivas e Oportunidades Econômicas 2024: Municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama**. Recife: Instituto Fecomércio PE, 2023.

LAIGNIER, Pablo; FORTES, Rafael (org.) **Introdução à História da Comunicação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO, Márcia. **Agreste – Educa Mais Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/agreste>. Acesso em: 18 set. 2023.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Cap. 1. p. 11-25

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania?**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MASTRODI, JOSUÉ ; AVELAR, ANA EMÍLIA CUNHA . **O conceito de cidadania a partir da obra de T.H Marshall: conquista e concessão**. CADERNOS DE DIREITO, v. 17, p. 3-27, 2017.

JUS BRASIL. **O que é uma Constituição?**, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-uma-constituicao/887832733>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; ROMEU, Gomes. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Luísa Juventino do; SANTOS, Elisabeth Cavalcante dos. **Da Feira De Rua Ao Moda Center Santa Cruz: a construção de um espaço híbrido e a percepção dos atores locais**. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.32, n. 1, p. 86-114, 2017. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: 16 set. 2023.

NTCPE. Boletim Econômico – Julho 2023, 2023. Disponível em: <https://ntcpe.org.br/boletim-economico-julho-2023/>. Acesso em: 18 set. 2023.

O que é cidadania?. **Paraná**, s.d. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-Cidadania#:~:text=A%20origem%20da%20palavra%20cidadania,pessoa%20tinha%20ou%20podia%20exercer>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE REALIZA REUNIÃO PARA REATIVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. **Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe**, 2019. Disponível em: <https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/noticia/id/1879>. Acesso em: 25 ago. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.

SEBRAE. Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano, 2012: Relatório final, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco, 2013. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20A%20PL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%202007%20de%20MAIO%202013%20-%20docx.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

SILVA, Adelmo Teotônio da. Memórias e futuros da sulanca: Santa Cruz do “Capibaribe” costurada em retalhos. In: ARAGÃO, Éverton; MOURA, Flavia (org.). **Histórias de Santa Cruz do Capibaribe: tecendo saberes e leituras sobre a cidade**. Campina Grande, PB: A Biroasca do Meroveu – Editora, Sebo e Café, 2023.

SILVA, Ana Beatriz Nunes da. **Do pensar ao agir: a participação na “teia” para a (re)construção da política pública cultural no município de Olinda**. Orientadora: Profa. Jackeline Amantino de Andrade. 2007. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Daniel Neves. **Roma Antiga**, Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/roma-antiga.htm>. Acesso em 05 de abril de 2024.

Sobre o Moda Center. **Moda Center**, [s.d]. Disponível em: <https://modacentersantacruz.com.br/sobre>. Acesso em: 17 set. 2023.

SOUZA, Rainer. **A formação da pólis grega**, Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-formacao-polis-grega.htm>. Acesso em 05 de abril de 2024.

TODA MATÉRIA. Agreste. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/agreste/>. Acesso em: 18 set. 2023.

Um Dia Para Entrar Na História: Calçadão Miguel Arraes É Entregue À População.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, 2014. Disponível em: <https://santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/noticia/id/741>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 22 jul. 2024.

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas aplicado aos Feirantes, Carroceiros e Ambulantes

1. A quanto tempo você trabalha na feira?
2. Já vendeu em mais de um banco?
3. E o que você já vendeu aqui?
4. Além da feira você tem outra ocupação?
5. O que você acha do espaço do Calçadão?
6. Como você acha que as pessoas deveriam usar esse espaço?
7. Você sabe quem mantém o espaço da feira? E o que você acha dessa manutenção?
8. Nesse tempo trabalhando no Calçadão, como você define a sua relação com as outras pessoas aqui dentro?
9. Como é a comunicação entre vocês? E o que você acha dessa comunicação?
10. Na sua opinião, o que é preciso fazer pra ter uma boa comunicação entre os feirantes?
11. Você se comunica com a administração da feira? Se sim, como?
12. Como é a convivência entre as pessoas aqui dentro?
13. E o que você acha que as pessoas devem fazer para manter a boa convivência entre elas no Calçadão?
14. Pra você, o que são os deveres das pessoas em geral?
15. E o que são direitos?
16. E o que você acha que é dever e direito dos “função” no Calçadão?
17. E a administração da feira, o que você acha que são deveres e direitos dela?
18. O que é cidadania para você?

APÊNDICE B – Roteiro de perguntas aplicado aos Administradores

1. Você tá na prefeitura a quanto tempo? Já passou em quais funções?
2. A quanto tempo você trabalha no Calçadão?
3. Em qual função?
4. Quantos funcionários da prefeitura trabalham hoje no Calçadão? E o que eles fazem? Quais funções? Eles atuam só no Calçadão ou também em instituições do município?
5. Quantos funcionários terceirizados trabalham hoje no Calçadão? E o que eles fazem? Quais funções? Eles atuam só no Calçadão ou também em instituições do município?
6. Quais são suas atribuições aqui? O que você faz?
7. O que a administração do Calçadão faz?
8. Quais são as normas e regras do Calçadão?
9. O Calçadão possui algum documento dessas normas e regras?
10. Existe alguma associação representativa dentro do Calçadão? Se sim, quais?
11. Quais são os direitos e deveres da administração do Calçadão?
12. E quais são os direitos e deveres dos comerciantes do Calçadão?
13. Quem você atende aqui?
14. Como funciona esse atendimento?

15. Existe um retorno para quem solicita algo? Se sim, como se dá esse retorno? Fica registrado?
16. Existe algum canal oficial/formal de comunicação entre a administração com os comerciantes e carroceiros? Se sim, quais?
17. E informal? Se sim, quais?
18. Quais são as principais solicitações de feirantes que chegam para vocês?
19. O que é cidadania para você?

APÊNDICE C – Roteiro de perguntas aplicado à Associação

1. A quanto tempo você atua como presidente da associação?
2. Quais são suas atribuições? O que você faz?
3. O que a associação é / faz?
4. Quantos carroceiros tem associados? Todos atuam nas duas feiras ou os carroceiros são divididos entre elas? Como é decidida a divisão?
5. A quanto tempo a associação existe no Calçadão?
6. O que a associação oferece para os carroceiros?
7. Existe algum tipo de serviço especial para os feirantes e os compradores também?
8. A associação possui algum regimento de normas e regras?
9. Quais são os deveres dos carroceiros? (com clientes e associação)
10. E quais são os direitos dos carroceiros? (com clientes e associação)
11. Quais são os deveres e direitos da associação em relação aos clientes dos carroceiros?
12. E quais são os direitos da associação em relação as administrações das feiras?
13. Quem você atende aqui na associação?
14. A associação possui algum meio de comunicação que os clientes podem usar pra entrar em contato? Se sim, quais? São divulgados?
15. Quando um feirante ou comprador entra em contato existe um retorno da parte da associação ou do carroceiro associado? Isso fica registrado em algum lugar?
16. E entre a associação e a administração de cada feira tem algum canal oficial de comunicação? Se sim, quais?
17. O que é cidadania para você?

APÊNDICE D – Roteiro de perguntas aplicado aos Faxineiros e Seguranças

1. Você trabalha para a prefeitura a quanto tempo? E já passou em quais funções pela prefeitura?
2. A quanto tempo você trabalha no Calçadão?
3. Além do Calçadão no dia de feira, você trabalha em outro lugar pela prefeitura?
4. Quais são suas atribuições aqui? Desse setor e dos outros também?
5. O que você acha do espaço do Calçadão?
6. Como você acha que as pessoas deveriam usar esse espaço?
7. Como é a comunicação entre as pessoas aqui dentro? E o que você acha dessa comunicação?

8. Na sua opinião, o que é preciso fazer pra ter uma boa comunicação entre todos aqui dentro?
9. Em relação à administração da feira, como é a comunicação com eles?
10. Como é a convivência entre as pessoas aqui dentro?
11. E o que você acha que as pessoas devem fazer para manter a boa convivência entre elas no Calçadão?
12. Pra você, o que são os deveres de alguém em sociedade?
13. E o que são os direitos de alguém em sociedade?
14. E o que você acha que é dever e direito dos “*função*” dentro do Calçadão?
15. E sobre a administração da feira, o que você acha que são os direitos e deveres dela?
16. O que é cidadania para você?